

Supremo limita uso de MPs, que voltam a trancar pauta

■ Ministros do Supremo Tribunal Federal consideram inconstitucional a medida, editada em 2007, que concedeu crédito extraordinário para o Executivo e a Justiça Eleitoral

■ Oposição elogia liminar do STF e exige que recursos do Orçamento sejam liberados por MP somente se forem atendidos os critérios de urgência e relevância

■ Presidente do Senado, Garibaldi Alves afirma que haverá quórum para votar nesta semana pelo menos cinco das 13 MPs que trancam a pauta, apesar do feriado de quinta

PÁGINAS 2 E 3

JONAS OLIVEIRA/FOLHA IMAGEM



Indústria deve receber injeção de R\$ 266 bilhões

Pacote de investimentos destinados a fomentar a produção industrial recebe apoio de empresários e crítica de economistas. Para o presidente do Senado, Garibaldi Alves, a prioridade, no Congresso, deve ser a aprovação da reforma tributária.

PÁGINAS 8 E 9

Fábrica de impressoras em Curitiba: aumento das exportações industriais é uma das metas do pacote

e mais...

AGENDA

Página 2

VOZ DO LEITOR

PERGUNTE AO SENADOR

AGORA É LEI

FOTO DA SEMANA

FRASES

Página 13

cidadania

Conheça as novas regras para tarifas bancárias

Normas baixadas pelo Banco Central em dezembro já estão em vigor. Segundo o BC, não podem ser cobradas, por exemplo, a emissão de cartão de débito, consultas feitas pela internet e até dez folhas de cheque por mês.

PÁGINA 16

Marina Silva deixa Meio Ambiente e volta ao Senado

PÁGINA 4

ROSEVELT PINHEIRO/ABR



Marina Silva reassume sua cadeira no Senado depois de deixar o ministério em meio a divergência com o presidente Lula

CPI dos Cartões ouve na terça acusado de vazar dossiê

PÁGINA 5

Comissão inicia nesta semana votação da LDO para 2009

PÁGINA 7

PLENÁRIO

MPs: Garibaldi vê Lula isolado

Ao comentar a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), na quarta-feira, que considerou inconstitucionais os pressupostos de urgência e relevância da medida provisória que abriu crédito extraordinário em favor de diversos órgãos do Executivo e da Justiça Eleitoral (MP 405/07), o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, afirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva “está ficando isolado” em relação à questão.

– O presidente precisa ver que está ficando isolado se persistir nesse uso indiscriminado das medidas provisórias. O Judiciário toma uma decisão dessas, o Legislativo está todo unido, independentemente das fronteiras partidárias. A tendência é realmente exaurir qualquer esforço que venha a representar um atentado

a essa conquista – disse.

Na avaliação de Garibaldi, o Supremo (que decidiu por 6 votos a 5) dá uma lição sobre o que é realmente urgente e relevante quando se trata de matéria orçamentária e o que pode ser objeto de projeto de lei.

– Foi um passo restritivo no uso das medidas provisórias, uma conquista do Legislativo no sentido de legislar. É um freio – afirmou.

O presidente disse ainda que a decisão pode influenciar na votação do texto do deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ) à proposta de emenda à Constituição (PEC 511/06) que altera a tramitação das MPs, na Câmara dos Deputados. Não houve acordo entre governo e oposição para votação na Comissão de Constituição e Justiça daquela Casa.



Para o presidente do Senado, Judiciário e Legislativo estão unidos para restringir uso das medidas

Mário Couto critica envio de nova medida

Mário Couto (PSDB-PA) criticou o presidente Lula pelo envio ao Congresso Nacional, apenas um dia depois da decisão do STF considerando inconstitucional tal atitude, de uma MP que abre crédito extraordinário de R\$ 7,5 bilhões para a reestruturação de cargos e reajuste salarial de várias categorias de servidores públicos.

A MP foi editada no dia 14, no mesmo dia em que o Supremo tomou a decisão, em caráter liminar sobre a questão. O senador acusou Lula de abusar do Congresso e dos poderes constituídos.

– Eu não acredito que o presidente, depois de o Supremo dizer que era uma medida inconstitucional, queira rasgar a Constituição federal. Não acredito que o presidente queira acabar com a democracia nesta nação pela qual ele tanto lutou – disse.

Simon elogia STF e contesta advogado-geral

Pedro Simon (PMDB-RS) congratulou o STF pela decisão acerca das medidas provisórias. O senador gaúcho ressaltou que o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, já vinha advertindo sobre o exagerado número de MPs editadas pelo governo Lula, rotina classificada por Garibaldi como “ingerência do Executivo sobre o Legislativo”.

– Garibaldi está com a responsabilidade de tirar o Senado de uma hora triste, conforme suas palavras – lembrou Simon, acrescentando que o Supremo “vive um momento radiante, ao fazer o que não fizemos”.

Por outro lado, Pedro Simon criticou, com veemência, a posição do advogado-geral da União, Antonio Dias Toffoli, contrária aos argumentos dos ministros do STF sobre a edição de MPs.

– Deveria ficar em silêncio. Essas MPs não têm defesa – rebateu o senador.

Virgílio ameaça iniciar bloqueio das votações

A edição, no mesmo dia da decisão do STF, de duas novas MPs, uma delas tratando de créditos extraordinários e outra tratando do reajuste de salários de servidores públicos, irritou o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM). Ele ameaçou liderar uma “rebelião” contra “a ridicularia ao STF”.

– Ou o governo retira a MP que vem para debochar da decisão do Supremo, ou rompemos qualquer acordo para votar as MPs [são 13] que estão trancando a pauta.

O senador considerou a atitude do Planalto “uma afronta” ao Supremo e ao Congresso. Ele sugeriu ao presidente Garibaldi Alves Filho “embrulhar em um papel qualquer, de padaria, e devolver a medida provisória ao Planalto”. O procedimento deveria ser adotado, a seu ver, para outras MPs que não atendam aos preceitos constitucionais.

Para Mão Santa, um atentado à democracia

O senador Mão Santa (PMDB-PI) traçou, na sexta-feira, um histórico da democracia em uma analogia que fez entre o comportamento do presidente Lula e a conduta dos ditadores. Mão Santa apontou o abuso no envio de medidas provisórias ao Congresso, principalmente as que tratam da liberação de créditos extraordinários, como o instrumento que demonstra o atual desprezo de Lula pela postura democrática.

Para Mão Santa, a iniciativa do Supremo de barrar a liberação de crédito extraordinário por MP “traduz a disposição do presidente da instituição, ministro Gilmar Mendes, de coibir a edição de MPs”. O senador observou que créditos extraordinários, por lei, só podem ser liberados “se os gastos forem previsíveis e incluídos no Orçamento”.

– Luiz Inácio desobedece a leis constitucionais e agride o Judiciário. Outras duas MPs liberando créditos extraordinários, ele já mandou. Estão no Congresso, obstruindo a pauta. Nenhuma obedece a critérios de relevância e urgência. Além disso, créditos extraordinários devem atender a situações de guerra, comoção interna ou calamidade pública, o que não é o caso – afirmou.

Oposição aplaude liminar concedida pelo Supremo

Senadores da oposição aplaudiram em Plenário a liminar concedida pelo STF em ação sobre as MPs que abrem créditos extraordinários, pois elas não respeitariam os pressupostos constitucionais da urgência e relevância.

O presidente do PSDB, Sérgio Guerra (PE), afirmou que a decisão “é um marco para o funcionamento das instituições democráticas” do país, pois o governo estaria cometendo excessos e promovendo “manifestações de autoritarismo, subestimando o Legislativo”. Sérgio Guerra afirmou que o governo usou de MPs no ano passado para abrir créditos de R\$ 60 bilhões e “é óbvio” que elas não se destinaram a resolver problemas “urgentes ou imprevisíveis”.

José Agripino (RN), líder do DEM, ponderou que a oposição que seu partido vinha fazendo há um ano às MPs que abriam crédito extraordinário “não era nenhuma atitude impertinente, nem que desejasse criar dificuldades ao país – era defesa da legalidade”.

A imediata retirada da pauta de todas as MPs sobre créditos extraordinários foi pedida por Antonio Carlos Júnior (DEM-BA). Já Renato Casagrande (PSB-ES) admitiu que o STF acabou por decidir um assunto que deveria ter sido regulado por deputados e senadores.

TV informará condenação de candidato

Após muita polêmica, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou na quarta-feira a proposta que obriga a Justiça a divulgar, durante o período da propaganda eleitoral, os nomes dos candidatos que tenham sido condenados em primeira instância por processos criminais.

Vários senadores criticaram a proposta (PLS 255/06) do senador Pedro Simon (PMDB-RS) ou sugeriram modificações ao texto que, originalmente, previa a obrigatoriedade da divulgação sem que fosse necessária qualquer condenação – bastaria existir o processo contra o candidato. A exigência de condenação em primeira instância foi acrescida ao projeto pelo relator Jefferson Péres (PDT-AM), acatando emenda de Marconi Perillo (PSDB-GO).

Simon avalia que sua proposta permitirá aos eleitores conhecer a situação jurídica dos candidatos e obter, assim, informações que lhes permitam votar “de forma mais consciente”. Ele ressaltou ainda que a Justiça Eleitoral terá de destacar que os candidatos citados não podem ser considerados culpados até que os respectivos processos sejam concluídos.

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) anunciou que apresentará recurso para que o texto também seja analisado no Plenário do Senado, apesar da decisão terminativa da CCJ. Ele defende a divulgação dos nomes apenas quando os candidatos já tiverem sido condenados em segunda instância, para evitar casos em que, por exemplo, “um governador, utilizando-se de um juiz corrupto, obtenha a condena-

ção de um candidato adversário em primeira instância”.

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Wellington Salgado (PMDB-MG) argumentaram que a divulgação não deve ocorrer enquanto o julgamento do candidato não for definitivamente encerrado.

Ao contestar essas declarações, Simon disse que os senadores “estão marchando contra a opinião pública”. Ele lembrou que deputados federais e senadores, por exemplo, não podem ser julgados em primeira instância, mas pelo Supremo Tribunal Federal, “que nunca condena parlamentares”.

O presidente da comissão, Marco Maciel (DEM-PE), marcou reunião para esta terça-feira para leitura do relatório de Valdir Raupp (PMDB-RO) que consolida em um único texto sete propostas de emenda à Constituição que tratam de questões relativas ao pagamento de precatórios.

Apesar de a decisão ter sido terminativa, matéria ainda vai ao Plenário

MEIO AMBIENTE

Marina sugere pacto para política ambiental

A senadora Marina Silva (PT-AC) afirmou que volta ao Senado para defender o desenvolvimento sustentável e a política ambiental que pôs em prática no Ministério do Meio Ambiente, do qual pediu demissão na terça-feira. Ela declarou que somente um novo pacto pode superar a estagnação que a política ambiental estava enfrentando por pressões principalmente de alguns governadores de estados afetados pela Operação Arco de Fogo, lançada pela Polícia Federal em fevereiro para patrulhar a Amazônia e deter o desmatamento na região.

Depois de ressaltar que estava falando à imprensa como sena-

dora, disse que pediu demissão para que seu afastamento possa contribuir para o desenvolvimento sustentável, e que é necessário que as conquistas do governo Lula sejam mantidas.

Entre essas conquistas, Marina, que deve reassumir o mandato na semana que vem (com a saída do suplente Sibá Machado), apontou a resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN), de fevereiro deste ano, estabelecendo que empréstimos na modalidade de crédito rural na Amazônia, seja de bancos públicos ou privados,

só serão aprovados com a apresentação de certificado de cadastramento de imóvel rural e comprovação de respeito à legislação ambiental. As medidas passam a valer a partir de 1º de julho,

Senadora cita conquistas do governo Lula "que precisam ser mantidas"

quando se inicia o plantio da safra 2008/2009.

– Não podemos aceitar que se revogue a resolução do Conselho Monetário Nacional, não podemos aceitar que

haja retrocesso sobre as unidades de conservação, que antes eram criadas em áreas remotas e agora estão sendo criadas na frente da expansão predatória, o que ajudou a frear o desmatamento – afirmou.

Para Marina Silva, em vez de reivindicar a flexibilização da legislação ambiental, deve-se procurar criar gado de forma intensiva e aumentar a produtividade da agricultura por meio de avanços tecnológicos e não pelo desmatamento. A senadora admitiu divergências com o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, sobre esses assuntos e sobre a resolução do CMN.

Ela disse que o licenciamento de projetos de hidrelétricas atrasam não por causa da legislação em vigor, e sim quando os estudos de impacto ambiental não são feitos com eficiência.

– Existem muitos empresários, muitas pessoas que estão dando uma significativa contribuição com a eficiência dos seus projetos – declarou.

Marina Silva citou como exemplo dessa contribuição de bons estudos de impacto ambiental a hidrelétrica de São Salvador (no rio Tocantins, no Tocantins), que recebeu sua licença ambiental em seis meses.



Marina admite divergências com alguns governadores e nega que legislação ambiental esteja emperrando o desenvolvimento

“Raposa Serra do Sol está consolidada”

O processo de demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol está consolidado e, com atraso e apesar dos preconceitos em relação aos índios, cumpre determinação constitucional. Este foi o consenso entre os especialistas convidados pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a debater a definição do território da reserva.

O representante da Fundação Nacional do Índio (Funai), Paulo Santini, considera o processo consolidado, tanto que cerca de 290 produtores de arroz já foram indenizados em mais de R\$ 12 milhões pelas benfeitorias feitas nas terras, que pertencem à União. Santini destacou que o reconhecimento dessas terras como sendo tradicionalmente dos indígenas durou três décadas, período em que grupos de

técnicos encontraram elementos antropológicos abundantes que comprovam a ocupação milenar da região pelos povos indígenas. Disse ainda que esse processo foi amplamente debatido em várias instâncias e que as reservas Raposa Serra do Sol e São

Para os debatedores, demarcação cumpre norma constitucional

Marcos foram as mais contestadas, especialmente pelo governo de Roraima e pelas prefeituras de municípios do estado.

O ex-presidente da Funai e indigenista especialista em relações com índios isolados Sydney Possuelo lembrou que a demarcação da Raposa Serra do Sol foi seu último ato como dirigente da fundação. Segundo Possuelo, a medida não é aceita por muitas forças envolvidas com poder militar, político ou econômico da região, mas a demarcação cumpre dis-

positivo constitucional, e está sendo feita com atraso, já que estava prevista para até 1993.

O professor de Direito Constitucional da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), César Augusto Baldi, também defendeu a constitucionalidade da demarcação da reserva e observou que os direitos dos índios são assegurados pela Constituição, portanto, eles não possuem direitos especiais, como alegam políticos locais contrários à medida. Para César Baldi, o racismo que separa brasileiros e índios deve ser rechaçado, bem como o argumento de que os indígenas têm terra em demasia. Raposa Serra do Sol representa 7,7% do território de Roraima e, na opinião do professor, há terra demais utilizada pelo agronegócio. Segundo Baldi, os arroteiros se instalaram e ampliaram suas lavouras quando o processo de demarcação já estava em curso.

ONGs defendem interesse estrangeiro, diz Mozarildo

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse na sexta-feira que a demarcação de reservas indígenas em Roraima já envolve mais da metade das terras do estado. Ele responsabilizou organizações não-governamentais (ONGs) que, “sob o manto de proteção ambiental”, defenderiam interesses estrangeiros nas riquezas minerais da Amazônia.

O senador especificou os “Estados Unidos, mais Canadá, e mais Europa”, que, segundo ele, querem controlar as riquezas do mundo. Ele também responsabilizou sucessivos governos brasileiros e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), da Igreja Católica, pela execução dessa política.

– Basta ver onde tem o mapa de uma reserva indígena a coincidência com o mapa das riquezas minerais. Até na reserva ianomâmi demarcaram de um jeito e depois descobriram que tinha uma reserva de um mineral fora do que eles tinham demarcado e eles fizeram um biquinho para encaixar a reserva mineral – disse.

Mozarildo criticou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Justiça, Tarso Genro, pelas recentes demarcações e medidas para protegê-las. Ele observou, entretanto, que sucessivos presidentes da República

vêm demarcando terras indígenas no Brasil. Isso fez com que 13% do território nacional já esteja demarcado como reserva indígena, apontou.

Depois de destacar que os índios são apenas 10% da população de Roraima, o parlamentar lembrou que 80% deles vivem em áreas urbanas, integrados com o resto da população mestiça e branca. Esses índios, segundo ele, exercem cargos de vereadores, prefeitos e funcionários públicos nessas cidades.

– Índios aldeados, mesmo, não chegam a ser 20% des-

Reservas já envolvem mais da metade de Roraima, aponta senador

sa população. As aldeias indígenas funcionam, para a maioria dos índios em Roraima, como espécie de sítios. Eles moram nas cidades e há as aldeias onde eles plantam e colhem

os produtos, que vendem depois nas cidades – disse Mozarildo.

Em longo pronunciamento feito na segunda-feira, e citando vários artigos publicados em jornais, o senador condenou as críticas desferidas recentemente pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos poderes constituídos do país. Na avaliação de Mozarildo Cavalcanti, o presidente, com suas declarações intempestivas, está pondo em risco “a harmonia e a independência dos três Poderes” e, portanto, a própria democracia.



Grito da Terra, organizado anualmente pela Contag, reúne manifestantes diante do prédio do Congresso Nacional

Grito da Terra entrega pauta de reivindicações ao Congresso

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) realizou, na terça-feira, manifestação em frente ao Congresso Nacional para apresentar a pauta de negociação do Grito da Terra Brasil/2008.

A coordenação do movimento entregou a senadores documento em que pede a aprovação de propostas como o projeto de lei de conversão (PLV 8/08) originário da Medida Provisória 410/07, em pauta no Senado, que cria o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo, estabelece normas transitórias sobre a aposentadoria do traba-

lhador rural e prorroga o prazo de contratação de financiamentos rurais. Foi pedida também a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC 438/01) que determina a expropriação de áreas onde for constatada a exploração de trabalho escravo. A PEC tramita na Câmara.

A Contag realiza anualmente, no mês de maio, o Grito da Terra Brasil. A entidade conta com a participação de 25 milhões de trabalhadores rurais, 27 federações estaduais e mais de 4 mil sindicatos de trabalhadores rurais.

CPIs Apontado como responsável por vazamento de dossiê, ex-funcionário do Planalto já está convocado

José Aparecido depõe nesta terça

A presidente da CPI dos Cartões Corporativos, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), disse que, se o ex-secretário de Controle Interno da Casa Civil da Presidência, José Aparecido Pires, mentir durante o depoimento marcado para terça-feira, poderá sair preso da reunião.

– Se tivermos condições de saber e provar que José Aparecido realmente está mentindo, ele pode sair preso. Não sei o que os advogados dele estão aconselhando, mas ele só tem duas alternativas, ou fica quieto ou conta tudo o que aconteceu – frisou.

Marisa Serrano marcou para esta terça-feira reunião da CPI que deverá interrogar Aparecido e o assessor André Eduardo Fernandes, funcionário do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), sobre o vazamento do dossiê contendo informações a respeito dos gastos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

José Aparecido é apontado, segundo laudo preliminar do Ins-

tituto de Tecnologia da Informação (ITI), como o responsável pelo vazamento dos dados, por e-mail, para André Eduardo.

Conforme Marisa Serrano, o advogado Luís Maximiliano Leal Telesca Mota informou que José Aparecido prestaria depoimento à Polícia Federal na semana passada e, em seguida, estaria pronto para cumprir a convocação da CPI.

Após reunião com a Consultoria Jurídica do Senado e contato telefônico com o juiz José Airton de Aguiar Portela, da 10ª Vara Federal, Marisa Serrano assegurou que os depoimentos serão realizados em sessão aberta.

Os depoimentos dados à Polícia Federal estão sob sigilo de Justiça. Por essa razão, as informações ali contidas não poderão ser utilizadas no depoimento à CPI mista. Marisa Serrano disse que, em reunião preliminar fechada, apresentará os documentos aos integrantes da comissão e os instruirá sobre o sigilo.

A senadora considera que o depoimento de José Aparecido será

o mais importante já ocorrido na CPI e que, a partir das informações dadas pelos dois envolvidos no vazamento, será possível saber quais os rumos da comissão.

Ela sustentou que, se houver qualquer indício de envolvimento da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, da secretária-executiva do órgão, Erenice Alves Guerra, ou de qualquer outra pessoa, haverá novas convocações.

Supremo nega habeas corpus a Aparecido

O Supremo Tribunal Federal negou na quinta-feira *habeas corpus* a José Aparecido, que pedia um salvo-conduto para não correr o risco de ser preso durante seu depoimento à CPI. A decisão foi do ministro Carlos Ayres Britto. Aparecido queria ter o direito de permanecer em silêncio durante seu depoimento e que pudesse comparecer acompanhado por um advogado. Além disso, não queria assinar um termo de compromisso que o obrigaria a falar a verdade na condição de investigado.

Para Alvaro Dias, sumiço é sinal de blindagem recíproca

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que o sumiço na semana passada do ex-secretário de Controle Interno da Casa Civil da Presidência da República, José Aparecido Pires, é indício de que um acordo de “blindagem recíproca” foi firmado entre ele e pessoas importantes do governo para que todos se protejam no depoimento da terça-feira à CPI dos Cartões Corporativos.

– Houve um acordo de procedimento entre o governo e o senhor José Aparecido na linha da blindagem recíproca, ou seja, o José Aparecido protege as pessoas mais importantes do governo, que estão envolvidas neste crime do dossiê, e ele é protegido por essas pessoas. É evidente que ele

cometendo uma infração administrativa.

O líder do PSDB, Artur Virgílio (AM), disse que José Aparecido não vai levar a culpa sozinho pelo vazamento do dossiê, assinalando que não se trata de “fogo amigo” e nem vê influência do ex-ministro José Dirceu no caso.

– Não adianta ele querer levar a culpa sozinho porque nós vamos descobrir os outros. Aliás, eu já sei quem são os outros todos. Quem mais sabe da presença do dossiê, da existência do dossiê e de como ele foi confeccionado é a ministra Dilma Rousseff, que mandou a doutora Erenice confeccioná-lo.

Renato Casagrande (PSB-ES) aplaudiu a decisão do STF de negar

Senador diz que seu assessor deveria ser premiado pela honestidade

o pedido de *habeas corpus* ao ex-secretário da Casa Civil. O senador disse que confia na versão apresentada pelo governo, que classifica como “banco de dados” o dossiê, e que o depoimento de Aparecido reforçará a posição do governo.

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, considerou lastimável que José Aparecido Nunes tenha pleiteado ao STF o direito de nada dizer em seu depoimento.

– É lastimável, diante da responsabilidade que esse funcionário tem nesse acontecimento. Eu já participei de CPIs em que convocados fizeram uso dessa prerrogativa infeliz. Não ajuda em nada e fica mal para ele.



Marisa vai mostrar depoimentos sob sigilo prestados na Polícia Federal em reunião fechada

CPI quer ação de sites contra pedofilia

A CPI da Pedofilia aprovou requerimentos determinando que audiência pública reúna representantes dos sites de relacionamento Facebook, My Space e Bebo. De acordo com o presidente da comissão, senador Magno Malta (PR-ES), o objetivo da realização dessas reuniões é obter dos dirigentes desses sites o compromisso de que cumprirão a lei brasileira e de que combaterão a pedofilia.

Foi aprovado ainda requerimento determinando que nesta terça-feira representantes da comissão visitem

as cidades mineiras de Uberaba e Uberlândia. Em Uberaba, os parlamentares deverão ouvir o preso Levi Cançado, acusado de ter praticado pedofilia com mais de 25 crianças em torno de dez anos de idade. Na viagem a Uberlândia, os senadores vão requisitar à polícia local fotografias apreendidas na casa de um professor também

acusado de pedofilia.

A comissão também aprovou requerimento pedindo a complementação de informações ao site Google sobre dados de 20 perfis do Orkut. São pessoas cujo sigilo no sítio da internet foi quebrado pela CPI. Magno Malta pretende, ainda nesta semana, votar a quebra de sigilo telefônico dessas pessoas.

De acordo com Magno Malta, a comissão poderá nos próximos dias realizar reunião para ouvir vereadores e a filha do prefeito de Niquelândia (GO), acusados de envolvimento em um caso de prostituição de menores de idade naquela cidade. Malta e Demostenes Torres (DEM-GO), relator da CPI, ouviram na semana passada duas adolescentes vítimas de abuso sexual no município.

As jovens, que hoje têm 15 anos, confirmaram denúncias

contra o prefeito do município, Ronan Rosa Batista, vereadores e secretários municipais de terem se utilizado da máquina pública para aliciar menores.

– A partir de agora, ouviremos os envolvidos e, se necessário, faremos uma acareação – disse o presidente da CPI.

Logo após ouvir as duas adolescentes, Demostenes Torres afirmou que, entre os objetivos da CPI, está o de tornar crime, assim como são o aliciamento e o agenciamento de menores para prostituição, também a prática sexual com crianças e adolescentes.

– Atualmente é punido quem alicia, quem agencia. Quem usou [teve relações sexuais] não tem punição prevista em lei. É um completo desvirtuamento; as pessoas que tinham por obrigação dar proteção a elas, acabaram por prostituí-las – indignou-se o parlamentar.

Há uma ação civil pública do Ministério Público de Goiás contra o prefeito por improbidade administrativa.

Comissão aprova acesso a dados das ONGs no Coaf

Graças a acordo entre parlamentares da base de apoio ao governo e da oposição, a CPI das ONGs conseguiu aprovar 60 requerimentos, entre eles convocações de depoentes e acesso dos parlamentares a dados do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) sobre movimentação financeira de organizações não-governamentais sobre as quais haja suspeita de irregularidades.

Entre as convocações aprovadas estão as de Luís Antônio Lima e Flávia Maria Camarero, proprietários das empresas Intercorp Consultoria Empresarial e Camarero & Camarero Consultoria empresarial. O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios investiga a contratação, por administrações ligadas ao PT, da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos

(Finatec) sem licitação e o repasse de dinheiro à Intercorp e à Camarero & Camarero. O requerimento que determina a convocação é da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). Com os votos dos senadores governistas, no entanto, foi rejeitado pedido de acesso a informações do Coaf das duas empresas e dos seus proprietários.

A CPI aprovou a transferência de dados do Coaf – que registra movimentações acima de R\$ 100 mil – de diversas outras ONGs contra as quais há suspeitas de irregularidades. A CPI analisará dados de entidades como a própria Finatec; Associação Verde e Amarelo; Fundação de Aprimoramento e Desenvolvimento de Recursos Humanos do Amazonas (Faderh); Instituto Data Brasil e Fundação Universitária de Brasília (Fubra), entre outras.

EDUCAÇÃO Sindicato pede que lei seja sancionada no próximo dia 27, data do primeiro curso de Sociologia no país

Novas disciplinas escolares aguardam sanção presidencial

Está nas mãos do presidente Lula para sanção, desde a quarta-feira passada, o projeto de lei aprovado pelo Senado no dia 9 de maio que torna obrigatória a inclusão da Filosofia e da Sociologia como disciplinas no ensino médio.

A nova lei, que atingirá 8,9 milhões de estudantes secundaristas, teve origem em proposta apresentada em 2003 pelo deputado Ribamar Alves (PSB-MA).

Para o sociólogo Lejeune de Carvalho, presidente do Sindicato dos Sociólogos do Estado de São Paulo (Sinsesp), a medida efetuará profunda mudança na estrutura educacional do país, apesar de exigir solução para problemas como a formação dos professores nas duas áreas, os conteúdos a serem ensinados, a metodologia que será adotada e a carga horária das disciplinas.

– Estará acessível um conjunto de informações para que a juventude consiga, minimamente, fazer uma reflexão da sociedade em que ela está inserida – observa.

Atualmente, de acordo com o sociólogo, são cerca de cem cursos de Ciências Sociais e 200 de Filosofia no país. Mas como será necessário contratar pelo menos 30 mil professores num prazo de até três anos, Carvalho defende a abertura de novos cursos para a formação de mais profissionais em ambas as disciplinas.

O Sinsesp sugeriu ao presidente Lula que a sanção da lei ocorra no dia 27 de maio, data do primeiro curso de Sociologia no país, da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, em 1933.

Em Brasília, o Centro Educacio-



Alunos da escola particular Sigma, em Brasília, apresentam seminário na aula de sociologia

nal Sigma, uma escola particular, adota a Filosofia no currículo do ensino médio desde 1993. Segundo o diretor pedagógico da instituição, Ronaldo Lima Yungh, no ano passado, atendendo à determinação da Secretaria de Educação do Distrito Federal que segue recomendação dada por resolução do Ministério da Educação, a Sociologia também foi incorporada ao currículo.

– A grande vantagem da nova legislação é a obrigatoriedade que as escolas terão de cumprir. As instituições não estarão colocando em prática algo apenas recomendado e sim uma determinação imposta por lei – analisa o sociólogo.

Filosofia e Sociologia criam flexibilidade mental, diz Cristovam

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) vê com entusiasmo a volta da Filosofia e da Sociologia como disciplinas do ensino médio e considera positivo que a medida seja determinada por lei e não fique a critério de governadores e secretários de Educação. Segundo Cristovam, o conhecimento de Sociologia e Filosofia cria importante flexibilidade mental.

– São duas disciplinas que irão ajudar muito os estudantes a entender a realidade do

mundo, escolher uma profissão e também a mudar sua escolha profissional posteriormente, o que ocorre comumente ao longo da vida – opina.

Cristovam avalia que o projeto a ser sancionado vai ao encontro da federalização da educação de base, que ele defende. Para o senador, as bases da educação devem ser federais e não determinadas por leis locais, a critério de decisões diferenciadas dos prefeitos.

O ir-e-vir do ensino filosófico e sociológico

1887 - Fundado o primeiro curso de Sociologia, na Universidade de Bordéus, por Émile Durkheim.

1890 - O então ministro Benjamin Constant tenta incluir a Sociologia nos currículos escolares, propondo uma reforma no ensino que, promulgada, não entra em vigor.

1925 - O colégio Dom Pedro II (RJ) é a primeira escola do Brasil a incluir as duas disciplinas no ensino secundário.

1928 - A reforma do ensino de João Luiz Alves da Rocha Vaz, então ministro da Justiça e Negócios Interiores, integra a Sociologia aos currículos das escolas normais do Rio de Janeiro e do Recife. Nesta última, os sociólogos Gilberto Freire e Carneiro Leão participam da implementação.

1942 - A reforma promovida pelo ministro da Educação do governo Getúlio Vargas, Gustavo Capanema, retira a obrigatoriedade da Sociologia nas escolas secundárias, mantendo-a nas escolas normais.

1964 - A Filosofia e a Sociologia são excluídas dos currículos.

1971 - A Lei 5.692 inclui as disciplinas Educação Moral e Cívica (EMC), no 1º grau, e Organização Social e Política do Brasil (OSPB), no 2º grau, e exclui a Sociologia e a Filosofia do 2º grau. História e Geografia, por sua vez, são substituídas por Estudos Sociais no 1º grau. O regime militar também determina o ensino de Estudos de Problemas Brasileiros (EPB) no ensino superior.

1984 - O estado de São Paulo é o primeiro a retomar o ensino da Sociologia nas escolas do 2º grau.

1985 - O Distrito Federal adota a Sociologia nos currículos.

1993 - A Lei 8.663 revoga a obrigatoriedade do ensino de EMC, OSPB e EPB.

1996 - A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) estabelece que, ao fim do ensino médio, os alunos devem demonstrar domínio de conhecimentos de Sociologia e Filosofia, mas não as inclui como disciplinas no currículo.

1997 - Começa a tramitar projeto do ex-deputado Padre Roque (PT-PR) que modifica a LDB para tornar obrigatória as disciplinas no ensino médio.

2001 - Aprovado no Congresso em setembro, o projeto é vetado no mês seguinte pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

2006 - Em pelo menos 17 estados a Filosofia e a Sociologia foram incluídas nos currículos. O Conselho Nacional de Educação aprova a obrigatoriedade das disciplinas nas escolas públicas e particulares de todo o país, decisão homologada pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, e transformada em resolução.

TRABALHO

Recorde na geração de vagas, mas falta qualificação

O número de novas vagas no mercado de trabalho formal do país em 2008 deve chegar a perto de 2 milhões, como previu na última quarta-feira o ministro Carlos Lupi, do Trabalho e Emprego, em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A se confirmar a projeção, serão mais de 400 mil novos postos acima do total de empregos formais criados em 2007, um acréscimo de 25% e um novo recorde no país em valores absolutos.

O entusiasmo do ministro em relação ao cenário econômico e seus efeitos sobre o mercado de trabalho foi acompanhado de preocupação com a empregabilidade da força de trabalho disponível. No ano passado, conforme o ministro, 1 milhão de trabalhadores deixou de ser contratado por falta de qualificações necessárias.

– Estamos batendo recordes na geração de empregos, mas a questão da qualificação é o

grande desafio – reconheceu.

A audiência, proposta pelos senadores Patrícia Saboya (PDT-CE) e Papaléo Paes (PSDB-AP), tratou das políticas do governo federal para a inserção e qualificação de jovens para o mercado de trabalho. Lupi disse que, pela primeira vez, a oferta de empregos cresce de forma proporcionalmente maior em favor do segmento formado pelos jovens. Cresce também a oferta de emprego para pessoas com mais de 50 anos.

– Essas são as duas faixas de maior empregabilidade. A tendência das empresas é no sentido de empregar os jovens, pela força e vigor, e os mais experientes. As empresas estão quebrando a discriminação anterior, quando se achava que as pessoas com mais de 50 anos deveriam ficar em casa, abandonadas – afirmou.

Com respeito à qualificação dos jovens, Lupi destacou o enfoque integrado que o tema ganhou desde o ano passado, com a atuação articulada de vários ministérios na condução de programas antes dispersos. Como resultado, seis programas

foram consolidados em um único, o Pró-Jovem.

Uma das mudanças é a ampliação da faixa etária de atendimento, agora para brasileiros de 18 a 29 anos,

quando antes compreendia jovens de até 24 anos. Houve, igualmente, a unificação do valor das bolsas pagas aos que são treinados, agora no valor de R\$ 600 mensais, para cursos que duram cerca de cinco meses. A preocupação, como disse o ministro, é focar as famílias com renda de até meio salário mínimo e desenvolver cursos de acordo com as necessidades dos

mercados locais, para assegurar a empregabilidade.

– A empregabilidade é um dos requisitos para a manutenção dos convênios com prefeituras e entidades, que devem oferecer garantia de emprego para ao menos 30% dos matriculados. Se não for atingido esse percentual, o convênio pode ficar sujeito a outras sanções – afirmou.

Lupi destacou, ainda, que os convênios agora podem ser feitos com municípios com mais de 50 mil habitantes, quando anteriormente o acesso direto só era possível para os que tinham mais de 250 mil habitantes.

A senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) elogiou as mudanças. Segundo ela, as prefeituras conhecem melhor as necessidades do mercado de trabalho local. Também disse que os prefeitos, quando de oposição aos governos estaduais, muitas vezes eram discriminados e tinham dificuldades de atrair cursos para seus municípios.

Dois milhões de empregos devem ser gerados este ano no país

COMISSÕES

Alta de preços eleva taxa de juros, diz Meirelles

Os índices de preços do país têm apontado para a alta da inflação, mesmo quando se excluem dos cálculos os alimentos – item avaliado como o principal fator das atuais pressões inflacionárias, afirmou o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Pelos cálculos do BC, os índices de preços relativos ao atacado revelariam pressões sobre os custos da indústria, com o risco de que haja repasses de aumentos para o varejo e, conseqüentemente, a contaminação do resto da economia.

Esses indicadores justificam, segundo Meirelles, a recente decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de elevar a taxa básica de juros de 11,25% para 11,75% ao ano. Foi o primeiro aumento dessa taxa – também conhecida como taxa Selic – desde maio de 2005. O Copom é um colegiado formado pelo presidente e pelos diretores do BC.

– O Banco Central agiu a tempo. A mensagem à nação é de que a inflação está sob controle – declarou.

Questionado sobre os motivos que levam a instituição a tentar cumprir de forma rígida as metas inflacionárias – ou seja, a buscar o centro da meta, em vez de aproveitar as margens de variação permitidas –, Meirelles respondeu que, “idealmente, a decisão deve ser atingir o centro, na medida em que, *a priori*, não podemos prever que choques externos poderão ocorrer”.

O comparecimento do presidente do Banco Central à CAE, para discutir periodicamente a política monetária, está previsto na Resolução 32/07 do Senado.

Um clima amistoso, onde quase não se ouviram críticas aos juros e sobressaíram os elogios à austeridade da política de controle da inflação, marcou a audiência.

Jefferson Péres (PDT-AM) classificou o BC de uma “ilha de racionalidade” no país.



Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles discute política monetária na Comissão de Assuntos Econômicos

CGU aguarda relatório da CPI para propor mudanças

A Controladoria Geral da União (CGU) está aguardando o relatório final da CPI dos Cartões Corporativos para propor mudanças nas normas que disciplinam esses gastos e algumas condutas que devem ser obedecidas pelos servidores públicos. Auditores da CGU estão auxiliando a comissão. O ministro Jorge Hage, da Controladoria, informou na última quinta-feira que enviou ao presidente da República estudo para instituir diárias aos ministros do Executivo em suas viagens pelo país.

Essa providência, segundo ele, irá eliminar grande parte dos questionamentos em torno dos cartões de pagamento do governo, restabelecendo o que era praticado “em décadas passadas”. Durante a segunda rodada do ciclo de debates sobre o controle público como instrumento de cidadania promovido pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Hage defendeu a existência dos

cartões como instrumento que garante transparência para o controle de gastos do governo. Ele lembrou que os ministros do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal de Contas da União, os membros do Ministério Público e os demais servidores do Executivo já contam com diárias de valor fixo.

Voltada para discutir os instrumentos e os procedimentos de prevenção a fraudes e desperdícios de dinheiro público, a audiência, coordenada pelos senadores Marisa Serrano (PSDB-MS) e Augusto Botelho (PT-RR), mostrou que sem o controle da sociedade não há como assegurar avanços efetivos na fiscalização.

O auditor-chefe do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Gil Pinto, cedido pela CGU, informou que só 10% dos recursos do fundo são auditados e que a Controladoria envia cerca de 3 mil determinações anuais para correção de falhas.

LDO começa a ser votada nesta terça

A primeira votação dentro do processo de tramitação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2009 deve ocorrer nesta terça-feira, quando a Comissão Mista de Orçamento (CMO) examina o relatório preliminar da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ao texto do Executivo. A relatora ressaltou que até agora todos os prazos acertados no cronograma aprovado pela CMO estão sendo rigorosamente cumpridos.

O parecer às emendas apresentadas ao relatório preliminar foi encaminhado na última sexta-feira e considerou, segundo Serys, as prioridades que estabeleceu aos pedidos individuais dos parlamentares, como forma de evitar a dispersão de recursos federais. Ela estabeleceu dois critérios no seu relatório, apresentado na última terça-feira. O primeiro define que serão acolhidas as emendas ao Anexo de Metas e Prioridades que envolverem ações apresentadas com maior frequência por parlamentares do mesmo estado ou município. O prazo para essas emendas é o mesmo do projeto – entre os dias 21 e 30 deste mês.

Esse critério de frequência no número de solicitações dos parlamentares ainda estará sujeito a um mínimo de duas ações gover-



Serys Slhessarenko, relatora da Lei de Diretrizes Orçamentárias, diz que todos os prazos estão sendo rigorosamente cumpridos

namentais e um máximo de cinco por unidade da Federação. Elas poderão acrescentar ações que não constam no projeto da LDO encaminhado pelo Executivo, desde que estejam previstas no Plano Plurianual (PPA). O outro critério para as emendas individuais será o seu enquadramento em dez áreas selecionadas pela relatora, como saúde, educação, gestão ambiental, energia e assistência social, entre outras.

Segunda mulher a ocupar a relatoria da LDO (a primeira foi a senadora Lúcia Vânia, do PSDB de Goiás, em 2002), e coordenadora da bancada feminina no Senado, Serys assegurou, como havia prometido, prioridade a

ações que tratem de direitos da mulher e combate à homofobia. Definida na Resolução nº 1 do Congresso que disciplinou o funcionamento da CMO, o número de emendas ao relatório preliminar é de cinco por parlamentar, e igual número para cada bancada e cada comissão permanente.

A relatora também estabeleceu como limite financeiro para o Anexo de Metas o montante de até R\$ 19 bilhões, valor acima do previsto na proposta do Executivo. Além disso, Serys poderá cancelar até 30% do valor estimado pelo governo no projeto da LDO para atender às emendas parlamentares, tanto as coletivas quanto as individuais.

Fundo Soberano muda lei orçamentária

A Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2009 terá de tratar do Fundo Soberano do Brasil (FSB) e de parte das medidas contidas no novo pacote de apoio ao setor industrial, intitulado de Política de Desenvolvimento Produtivo. A informação é da relatora do projeto da LDO, Serys Slhessarenko, que deve se encontrar esta semana com os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Paulo Bernardo, para tratar dessas providências.

Os coordenadores das bancadas com assento na Comissão Mista de Orçamento, na última quinta-feira, discutiram com a relatora a possibilidade de essas alterações serem feitas por meio de emendas de parlamentares da base governista ao projeto do Executivo. Serys informou ao **Jornal do Senado** que a CMO está disposta a ajudar a viabilizar o fundo e as novas medidas de política industrial do governo, e que somente em último caso será ela que emendará a LDO proposta pelo governo.

A senadora também oficializou pedido ao Planejamento para que apresse a atualização dos parâmetros macroeconômicos, como previsão da taxa de crescimento da economia, inflação, juros e câmbio, para encaminhá-los até a primeira semana de junho. Se for atendida, Serys diz que poderá apresentar o seu relatório final até 18 de junho, como prevê o cronograma da CMO.

O Fundo Soberano, anunciado pelo ministro Mantega na última

terça-feira, será formado por parcela da receita fiscal que superar a meta do que o governo se compromete a economizar para pagar os juros da dívida pública (superávit primário). Além dessa fonte, também contará com a emissão de títulos do Tesouro Nacional para compra de dólares que serão usados nos investimentos do fundo.

Como o montante que exceder a meta do superávit do governo central, previsto em 2,2% do produto interno bruto (PIB) para 2009, será transferido para o FSB por intermédio de recursos

do Orçamento, a LDO terá de disciplinar esse trânsito orçamentário. Mantega informou que para viabilizar essa transferência de recursos fiscais será criado outro instrumento, o Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização, a ser operado por um banco federal, como BNDES e Banco do Brasil. Por meio desse fundo, que irá compor parte das receitas do FSB, o governo comprará dólares e papéis de empresas públicas lançados no exterior.

Embora sem entrar em muitos detalhes, o ministro da Fazenda explicou que o Fundo Soberano apoiará interesses estratégicos no exterior, como a internacionalização de empresas brasileiras e o financiamento de compradores de produtos exportados pelo país, a exemplo da atuação do Exim-

bank americano. O fundo terá um conselho deliberativo que irá definir forma, prazo e natureza dos investimentos. O relatório com seu desempenho será enviado semestralmente ao Congresso. Inspirado nos modelos chileno e russo, o FSB, segundo Mantega, fará com que o Brasil seja o 36º país a ter um fundo soberano.

Mecanismo com objetivos semelhantes ao FSB foi apresentado pela Consultoria de Orçamento do Senado (Conorf) ao relator da LDO de 2008, deputado João Leão (PP-BR), que aceitou a proposta. Ela só não avançou porque o

próprio Executivo a rejeitou. Sem constituir um fundo, o Tesouro seria autorizado legalmente a manter depósitos em moeda estrangeira na sua conta única.

A idéia, segundo consultores da Conorf, seria que o Tesouro Nacional pudesse oferecer linhas de crédito em moeda estrangeira, por meio de leilão, a bancos autorizados a operar no exterior e que tivessem títulos públicos federais para dar em garantia nessas operações. Dessa maneira, os riscos das operações seriam das instituições financeiras. Os recursos poderiam ser usados para financiar a aquisição de bens e serviços exportados pelo país (a exemplo do FSB), e as importações brasileiras de bens de capital e de serviços técnicos especializados.

Pacote de apoio ao setor industrial também fará parte da LDO

INDÚSTRIA Pacote de investimentos da nova política industrial, lançada pelo governo federal na semana passada, é elogiado por

Uma injeção de R\$ 266,4 bilhões

O pacote de R\$ 266,4 bilhões em investimentos para a nova política industrial do país, lançada pelo governo federal na semana passada, irá contemplar o setor produtivo e exportador em 24 áreas. Os empresários aprovaram as medidas que tratam do aumento de investimentos fixos, maior participação brasileira nas exportações mundiais e elevação dos gastos com pesquisa e desenvolvimento.

Os economistas, porém, dividem-se na análise dos resultados: se alguns acham que os juros altos e a queda do dólar podem desestimular o ritmo de investimento pretendido, outros afirmam que a política industrial pode até ajudar a macroeconomia.

O professor Fernando Sarti, do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), acredita na interação entre as duas dimensões.

– Ao coordenar as ações dos agentes, a política industrial só pode vir a ajudar a macroeconomia. O crescimento econômico e a estabilidade propiciam um cenário favorável – disse.

O governo espera que a renúncia fiscal de R\$ 21,4 bilhões, somada aos empréstimos do BNDES, aos recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia, da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e de outros fundos setoriais produzam um crescimento médio anual entre 9% a 11,3% nas metas.

– Há muito tempo não víamos tanto investimento do governo e de empresas neste país. Está correto. O governo tem de gastar mais. Não me venham dizer que o

governo está gastando muito. Não gastar é que seria uma estupidez – afirmou o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE).

Na renúncia fiscal, um dos destaques é o fim da cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para as aquisições de máquinas e equipamentos. Ainda será divulgada a lista de setores que serão contemplados com redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A idéia é que em 2010 o investimento atinja 21% do produto interno bruto (PIB), ou R\$ 620 bilhões.

O governo também pretende alavancar consideravelmente as empresas de tecnologia da informação. Entre outras ações, foi proposta a redução de 20% para 10% da contribuição patronal à Previdência das empresas que desenvolvem softwares para exportação e a desoneração da contribuição para o Sistema S (Sesi, Senai, Senac e outros).

Exportar mais, aliás, é outra meta do pacote. O país buscará aumentar sua participação no comércio internacional, especialmente nas exportações, que poderão chegar ao montante de US\$ 208,8 bilhões, 30% a mais do que o registrado no ano passado.

O governo quer ainda aumentar o número de pequenas e médias empresas exportadoras. Em 2006, elas eram 11.792, mas a proposta é de um aumento para 12.971.

Países que investiram pesado em inovação deram grandes saltos de crescimento. Na mesma linha, a meta do governo é alcançar R\$ 18,2 bilhões em gastos com pesquisa em 2010.



Linha de montagem de circuitos integrados: governo pretende alavancar o setor de tecnologia com medidas de

Alguns dos principais números do pacote da nova política industrial

Renúncia fiscal – R\$ 21,4 bilhões
Empréstimos do BNDES – R\$ 210 bilhões
 R\$ 62,5 bilhões para 2008
 R\$ 70,2 bilhões para 2009
 R\$ 77,3 bilhões para 2010



Metas

Exportações
Em 2007 – US\$ 160,6 bilhões, o que corresponde a 1,18% das exportações mundiais
Para 2010 – US\$ 208,8 bilhões, 1,25% das exportações mundiais

Aumentar o número de pequenos e médios exportadores
Em 2006 – 11.792 empresas
Para 2010 – 12.971 empresas



Investimentos fixos
Em 2007 – 17,6% do PIB – R\$ 450 bilhões
Para 2010 – 21% do PIB – R\$ 620 bilhões

Gastos privados com pesquisa e desenvolvimento
Em 2005 – R\$ 11,9 bilhões
Para 2010 – R\$ 18,2 bilhões (crescimento anual de 9,8%, em média)

VALOR TOTAL DO PACOTE – R\$ 266,4 BILHÕES

Reforma tributária é essencial, diz a CNI

A aprovação ainda este ano da proposta de emenda à Constituição (PEC 233/08) que trata da reforma tributária é considerada essencial para complementar a Política de Desenvolvimento Produtivo (nome oficial da nova política industrial). Esse é apenas um dos 110 projetos listados como fundamentais para o crescimento da indústria, que afirma ter parte do lucro esmagado por gargalos como infra-estrutura, logística, burocracia e até mesmo pela política macroeconômica.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) elenca, no documento Agenda Legislativa 2008, 14 matérias que compõem sua pauta mínima e que está sendo alvo de uma ação

sistemática por parte dos empresários e seus representantes no Congresso (veja quadro no alto, à direita).

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, afirmou semana passada que ele é pela “reforma tributária já”.

– Precisamos dar à reforma tributária a prioridade que ela precisa ter. Colocá-la no patamar das coisas mais urgentes a serem votadas no Legislativo. Sem isso, vamos ter o melhor projeto nas mãos, mas não teremos a tempo e a hora a reforma tributária que este país reclama no sistema caótico que está aí – assinala.

O gerente-executivo da área de Assuntos Legislativos da CNI, Ricardo Ferraz, ressalta que a demora

na votação de matérias como a que define o marco regulatório das agências reguladoras acaba afastando investimentos.

– Ninguém quer investir sem saber a regra do negócio. É preciso ter certeza de que as coisas não mudarão no meio do caminho – disse Ferraz.

Entre os projetos que compõem a pauta mínima da indústria estão – além da reforma tributária – propostas que tratam da correção da tabela de Imposto de Renda Pessoa Jurídica, de compensação ambiental, definição da política de resíduos sólidos, cadastro positivo, Lei de Licitação, marco regulatório do gás natural, entre outras. Garibaldi comentou que essas MPs que o governo irá editar “representam um exemplo típico de boa utilização desse mecanismo constitucional”.

Agenda legislativa do setor inclui mais de cem projetos

Da abertura dos portos por dom João VI à

1808 Dom João VI abre os portos às nações amigas.
1810 Foi fixada em 15% a taxa para produtos importados da Inglaterra por um período de 15 anos. Antes, era de 24%.
1844 Decretada a Lei Alves Branco, que amplia para 30% as taxas de importação para produtos sem similar nacional e para 60% para aqueles com similar, o que protegeu algumas atividades industriais no Brasil.
1846 A indústria têxtil obtém incentivos fiscais.
1847 As matérias-primas utilizadas pela indústria passam a ter isenção das taxas alfandegárias.
1850 Lei proibindo o tráfico negreiro reverteu os capitais aplicados na compra dos escravos para investimentos na

indústria. A entrada de imigrantes gerou novas técnicas de produção de manufaturados e representou a primeira mão-de-obra assalariada no país.
1880 Tem início o surto industrial. O número de estabelecimentos industriais chega a 200 e triplica em nove anos. Começa o processo de substituição de importações.
1907 Primeiro levantamento censitário da atividade industrial no Brasil.
1919 Instalação da Ford do Brasil.
1925 Instalação da GM do Brasil.
1930 Criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

1938 Criada a Confederação Nacional da Indústria (CNI).
1941 Fundação da Companhia Siderúrgica Nacional.
1942 Criação da Companhia Vale do Rio Doce e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).
1946 Criação do Serviço Social da Indústria (Sesi).
1951 Criação do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
1952 Fundação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE, hoje BNDES).
1953 Criação da Petrobras. Instrução da Superintendência de Moeda e Crédito (depois Banco Central), estabelecendo leilões de câmbio, com critérios que favoreciam a importação

de máquinas e equipamentos industriais.
1956/57 Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek; criação de Grupos Executivos setoriais, voltados para administração de incentivos fiscais.
1956 Criação do Grupo Executivo da Indústria Automobilística (Geia).
1956 Instalação da Mercedes-Benz, primeira fábrica de caminhões com motor nacional.
1957 Início de produção da fábrica da Volkswagen, em São Jose dos Campos (SP).
1967 Criação da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex).

empresários mas causa dúvidas entre economistas, para quem juros altos e queda do dólar podem desestimular investimento

na indústria



desoneração fiscal e também com R\$ 18,2 bilhões para pesquisa e inovação

BNDES retoma papel principal no incentivo ao crescimento

Criado em 1952 para apoiar empreendimentos voltados ao desenvolvimento do país, o BNDES volta a ter um papel de destaque na política industrial. O banco será a vedete da Política de Desenvolvimento Produtivo do governo federal. É de lá que sairão R\$ 210 bilhões para empréstimos, recursos já previstos no orçamento dos próximos anos.

Serão R\$ 62,5 bilhões este ano, outros R\$ 70,2 bilhões em 2009 e mais R\$ 77,3 bilhões em 2010, mas o presidente do banco, Luciano Coutinho, já assinalou que esses valores podem ser ainda maiores.

– Queremos fazer com que as nossas empresas estejam entre as cinco maiores do mundo – disse Coutinho, no lançamento do pacote industrial.

No ano passado, os desembolsos do

banco cresceram 24%, mas por alguns anos os recursos foram subutilizados.

– A conjuntura fez com que não houvesse grande demanda, mas agora, com o aquecimento da economia, a busca por financiamentos deve crescer – afirmou o professor Fernando Sarti, do Instituto de Economia da Unicamp.

Na proposta do governo, foram reduzidos os *spreads* (diferença entre quanto o banco paga pelos recursos e o quanto recebe) e juros nas operações do banco, os custos dos financiamentos diminuiram, e os prazos do programa de financiamento de máquinas e equipamentos (Finame) passaram de cinco para dez anos.

– Hoje o banco é o principal instrumento para executar uma política industrial no país – frisou o empresário Rodrigo Rocha Loures.

conquista dos novos mercados no século 21

1967 Instalação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e dos incentivos fiscais para a região.

1969 Fundação da Embraer, empresa estatal.

1972/73 Início de operação da Central de Matérias Primas do I Pólo Petroquímico brasileiro, em São Paulo.

1974 Instalação da estatal Computadores Brasileiros S.A. (Cobra), primeira fabricante brasileira de computadores.

1975/79 II Plano Nacional de Desenvolvimento; programas para substituição de importações de bens de capital e insumos básicos (metais não-ferrosos, siderurgia, fertilizantes, química e petroquímica).

1976 Chegada da Fiat Automóveis ao Brasil.

1984 Política Nacional de Informática (Lei 7.232/84), com reserva de mercado para microcomputadores.

1988 Nova Política Industrial/governo Sarney; câmaras setoriais e programas setoriais integrados (início do enfoque de cadeias produtivas), Decreto-Lei 2.433/88.

1990 Política industrial e de comércio exterior do governo Collor; redução das tarifas de importação e incentivos à competitividade.

1991 Lei de Defesa da Concorrência.

1992 Firmado em março o primeiro acordo setorial com o setor automotivo e em abril com o setor têxtil e de confecções.

1993 Criação dos incentivos fiscais para a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária, Programa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial (PDTI).

1995 Estabelecido o regime automotivo brasileiro.

1996 Lei de Propriedade Industrial.

1999 Instalação do primeiro Fundo Setorial de Ciência e Tecnologia. Posteriormente, foram criados mais 13 fundos setoriais, inclusive o Verde-Amarelo, para impulsionar a cooperação tecnológica entre centros de pesquisa, universidades e setor produtivo.

2000 Instalação dos fóruns de competitividade no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

2003 Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior é aprovada pelo Conselho Deliberativo.

2004 Criação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (Abdi) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI).

2007 Sessenta empresários brasileiros acompanham a visita oficial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao México, Honduras, Nicarágua, Jamaica e Panamá. A política externa do país privilegia o acesso a novos mercados consumidores para os produtos nacionais.

Fonte: Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial e Confederação Nacional da Indústria.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) estabeleceu, na Agenda Legislativa 2008, uma lista de 110 projetos que interessam ao setor e que tramitam no Senado e na Câmara. Pelo menos 14 são considerados urgentes.

Veja abaixo uma relação dos mais importantes.

Matéria/Autoria	Do que trata	Onde está
PEC 233/08, do Executivo	Reforma tributária – Cria o IVA-Federal, extingue contribuições, determina e estabelece a regulamentação única do ICMS, entre outras alterações.	Câmara dos Deputados (comissão especial)
PLS 646/99, do então senador Jorge Bornhausen	Direitos e garantias do contribuinte – Estabelece normas gerais aplicáveis na relação tributária do contribuinte com as administrações fazendárias, regulamentando assuntos como legalidade da instituição do tributo.	Senado (Comissão de Assuntos Econômicos)
PL 836/03, do deputado Bernardo Ariston (PSB-RJ)	Cadastro positivo – Disciplina o funcionamento de bancos de dados e serviços de proteção ao crédito e congêneres.	Câmara (Mesa Diretora, aguarda apreciação de recursos)
PL 5.877/05, do Executivo	Análise prévia de fusões e aquisições de empresas – Reestrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.	Câmara (comissão especial, tramita apensado ao PL 3.937/04)
PL 305/07, do deputado Armando Monteiro (PTB-PE)	Imposto de Renda Pessoa Jurídica – Atualização dos limites de receita bruta para apuração do Imposto de Renda pelo regime de lucro presumido.	Câmara (Comissão de Finanças e Tributação)
PLC 32/07, do Executivo	Infra-estrutura – Altera a Lei de Licitação.	Senado (Plenário)
PLC 90/07, do Executivo	Marco regulatório do gás natural – Dispõe sobre a movimentação, estocagem e comercialização do gás natural.	Senado (Comissão de Constituição e Justiça)
PL 3.337/04, do Executivo	Agências reguladoras – Trata do marco regulatório e, entre outras coisas, transfere aos ministérios, a que estão vinculadas as agências reguladoras, os atos referentes à elaboração de planos de outorga.	Câmara (Plenário)
PLP 388/07, do Executivo	Meio ambiente – Fixa normas e diretrizes para a cooperação entre a União, estados, Distrito Federal e municípios no exercício das competências ambientais comuns.	Câmara (apensado ao PLP 12/03), na Comissão de Constituição e Justiça
PL 203/91, do então senador Francisco Rollemberg	Resíduos sólidos – Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.	Câmara (Plenário)

Fonte: CNI.

Estado assume tarefa de definir metas

A indústria brasileira completa 200 anos, assim como a reivindicação do setor por uma forte política industrial que agora ganha novo rumo com a Política de Desenvolvimento Produtivo lançada semana passada pelo governo para alavancar o crescimento da economia em torno de 5% ao ano, até 2010.

Com desonerações tributárias, subsídios e financiamentos, o governo espera aumentar a participação do Brasil nas exportações mundiais, inserir maior número de pequenas e médias empresas nesse comércio internacional, dar um novo incentivo à inovação, elevar os gastos com pesquisas e ampliar o investimento fixo.

Empresário há 40 anos, Rodrigo Rocha Loures, presidente do Conselho de Política Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), acredita que “essa política vem ao encontro de uma necessidade de o Brasil dispor de um referencial para orientar os investimentos públicos”.

– Inicialmente se estabelece a

direção que se quer seguir e os estímulos e incentivos para orientar a indústria – disse Loures, proprietário da empresa de produtos alimentícios Nutritional.

Apesar de prever um cenário de juros altos, aumento da inflação, câmbio desfavorável e redução do ritmo da economia mundial, para Loures a política irá servir a economia, de uma maneira que transcende o governo.

– Há um raciocínio estratégico, foram estabelecidas metas, tudo com base em estudos de profundidade – destacou o empresário.

Mas os gargalos que tanto atrasam o desenvolvimento continuam a atrapalhar e muitos podem ser melhorados com a aprovação de uma série de projetos que tramitam no Senado e na Câmara, acreditam especialistas (*veja nesta página*).

– A política macroeconômica

sempre é o maior gargalo que enfrentamos e desde o Plano Real tem sido usada como o único instrumento de combate à inflação. Isso inibe os investimentos, eleva a dívida pública, tira a competitividade da indústria nacional – avalia Loures.

Para o empresário, o Brasil ficou os últimos 30 anos quase sem política industrial, mas “agora parece que o Estado volta a se comprometer com a indústria”. Contudo, disse o empresário,

por falta de uma estratégia, a indústria brasileira tem perdido posição na concorrência.

– Devemos estar na 10ª posição mundial em valor de produção, mas na competitividade perdemos para países altamente capacitados como Estados Unidos, China e Japão, e para países menores que estão se especializando e ganhando mercados importantes – afirma.

Empresário diz que país ficou 30 anos sem uma política industrial

PLENÁRIO

Senado comemora 120 anos da libertação dos escravos

A aprovação do Estatuto da Igualdade Racial vai possibilitar a implementação de políticas públicas que beneficiem a comunidade negra do Brasil. A afirmação foi feita na terça-feira passada pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves, na sessão especial em comemoração aos 120 anos da Lei Áurea.

Garibaldi dirigiu apelo à Câmara para que vote logo o estatuto (PL 3.198/00), proposto pelo senador Paulo Paim (PT-RS), já aprovado no Senado.

O senador e ex-presidente da República José Sarney (PMDB-AP) lembrou que, embora os negros sejam 45% da população brasileira, eles representam 64% dos pobres do país.

Cristovam Buarque (PDT-DF), um dos que requereram a sessão especial, juntamente com Paulo Paim e Aloizio Mercadante (PT-SP), disse que existem no Congresso 110 projetos de lei que visam completar a abolição, e que estão sendo adiados há anos.

Paim argumentou que ainda



A atriz Elisa Lucinda, Mozarildo, o ator Milton Gonçalves, Gerson Camata e Sibá na sessão solene

hoje os negros são “massacrados” e, como exemplo, afirmou que de cada dez jovens assassinados no país, oito são negros. Ele pediu ao presidente do Senado que encaminhe a todas as escolas do país documentário produzido pela TV Senado, bem como o suplemento elaborado pelo **Jornal do Senado**

sobre a Abolição da Escravatura. Para Mercadante, não há muito o que comemorar no dia 13 de maio. “Mas podemos nos orgulhar de estarmos implantando políticas sérias e conseqüentes de combate às desigualdades raciais e sociais”, destacou.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

observou que os principais personagens que lutaram pela abolição pertenciam à Maçonaria, como o Visconde do Rio Branco, Joaquim Nabuco, José do Patrocínio e Barão de Cotegipe. Também discursaram Eduardo Suplicy (PT-SP), Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e Flávio Arns (PT-PR).

Delegação faz visita oficial a seis países da África

Os senadores Heráclito Fortes (DEM-PI), Marconi Perillo (PSDB-GO), João Pedro (PT-AM) e José Nery (PSOL-PA) disseram que vão se empenhar para que os acordos de cooperação entre Brasil e Nigéria, que tramitam no Congresso, sejam aprovados até agosto próximo, quando o presidente daquele país, Umaru Musa Yar'Adua, deve visitar o Brasil. A promessa foi feita na quinta-feira passada às autoridades que receberam os quatro senadores em Abuja, capital nigeriana.

Entre os acordos bilaterais previstos, há um tratado sobre combate à produção, consumo e tráfico de drogas, outro sobre serviços aéreos e outros sobre assistência jurídica mútua em matéria penal. Esses três acordos foram assinados em 2005 e tramitam na Câmara dos Deputados.

Os quatro parlamentares brasileiros fazem visita oficial a seis países africanos com o intuito de estreitar suas relações com o Brasil.

Os senadores também disseram que vão trabalhar pela recriação de uma linha aérea entre o Brasil e a Nigéria.

– A grande porta de entrada para o Brasil, na África, é a



Senadores com autoridades senegalesas, o primeiro-ministro (de bata) e a embaixadora do Brasil no Senegal, Katia Gilabete

Nigéria. Essa conexão aérea facilitaria o trânsito de pessoas entre os continentes africano e americano – observou o senador Heráclito Fortes.

Na sexta-feira, a delegação do Senado esteve em São Tomé e Príncipe, onde se encontrou com o presidente da Assembléia Nacional, deputado Francisco da Silva. Os senadores também participaram de uma reunião com integrantes de duas comissões temáticas da Assembléia: a Comissão de Assuntos Políticos, Jurídicos e Institucionais e a Co-

missão de Assuntos Econômicos, Financeiros, Infra-Estruturais e de Meio Ambiente.

O grupo de senadores teve ainda um encontro com a presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Maria Alice Rodrigues Vera Cruz de Carvalho, e foi recebido pelo primeiro-ministro Patrice Trovoadá.

No sábado, a delegação esteve em Angola, numa visita para estreitar as relações entre aquele país e o Brasil por meio da diplomacia parlamentar. No período da viagem – iniciada em 10 de maio

–, já foram realizados encontros com autoridades de Cabo Verde, Senegal e Guiné-Bissau.

Parlamentares senegaleses demonstraram o interesse de aprender com a experiência brasileira na produção de alimentos, em especial o arroz, para evitar a sua escassez.

Retomada das importações de frango

Heráclito Fortes observou que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) exporta tecnologia para todo o mundo e, assim, poderia firmar convênios de cooperação com o governo do Senegal. Solicitou ainda que o país retome as importações de frango do Brasil, interrompidas desde a crise da gripe aviária. Heráclito afirmou que já não havia razão para manter o embargo, até porque o Brasil não foi atingido pela epidemia.

Na terça-feira passada, a delegação visitou a Casa dos Escravos, na Ilha de Gorée, próxima de Dacar, capital do Senegal. A ilha funcionava como mercado escravista e dela partiram milhares de escravos, ao longo dos séculos 18 e 19, para a América, inclusive para o Brasil.

Caetano e Gil são convidados para audiência

Os cantores e compositores Gilberto Gil, ministro da Cultura, e Caetano Veloso serão convidados pela Comissão de Direitos Humanos para participar como debatedores de audiência pública sobre o Estatuto de Igualdade Racial e o sistema de cotas para negros nas universidades.

Requerimento nesse sentido, dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Paulo Paim (PT-RS), foi aprovado quinta-feira. De acordo com Suplicy, a proposta do debate foi motivada pela adesão de Caetano Veloso a manifesto contra os projetos que instituem o sistema de cotas para acesso de negros a curso superior (PL 73/99) e o Estatuto da Igualdade Racial (PL 3.198/00), já aprovado no Senado. As duas propostas estão tramitando na Câmara dos Deputados.

Também serão convidados para participar da audiência pública o jornalista Ali Kamel, diretor-executivo de Jornalismo da Rede Globo, e o assessor da organização não-governamental EducAfro, frei David Raimundo Santos.

Na discussão do requerimento, Paulo Paim ressaltou a importância de se ouvir pessoas de diferentes posições sobre o assunto. O senador manifestou sua expectativa de que, após o debate, “Caetano Veloso decida retirar sua assinatura do manifesto contra as cotas” e assine o manifesto apoiando esse mecanismo de política afirmativa”.

ATLÂNTICO NEGRO - Mostrar a história dos afrodescendentes em uma perspectiva histórica distinta da imposta pelas relações de escravidão. Essa é a intenção do documentário *Atlântico Negro - Na rota dos orixás*, do cineasta Renato Barbieri, exibido no Senado na terça-feira como parte do lançamento do Ano Cultural 2008 e dos 120 anos da Abolição. - A verdadeira história está na África, antes da escravidão - disse o cineasta. O documentário já ganhou nove prêmios, incluindo o do Festival de Cannes, o Prêmio Margarida de Prata e o Prêmio Pierre Verger.

Anistia póstuma a João Cândido deve ser votada com urgência

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), Paulo Paim (PT-RS), anunciou que os senadores deverão votar em regime de urgência a proposta de anistia póstuma ao marinheiro João Cândido – líder da Revolta da Chibata – e aos demais participantes do movimento.

– Nossa intenção é fazer com que no dia 24 de junho, data do aniversário de João Cândido, o

presidente da República sancione a lei – disse o parlamentar.

A proposta foi discutida quinta-feira em audiência pública na CDH. Acolhido em 2002 pelo Senado, o projeto (PLS 45/01) da senadora licenciada Marina Silva (PT-AC) foi aprovado com uma emenda pela Câmara dos Deputados e voltou para novo exame dos senadores.

A revolta ocorreu em 1910, em protesto contra os castigos físicos

que eram impostos pela Marinha aos marinheiros, como medida disciplinar. A anistia produzirá efeitos em relação às promoções a que teriam direito os anistiados se tivessem permanecido na ativa.

Representando a família do marinheiro gaúcho, João Cândido de Oliveira Neto, sobrinho-neto do líder do movimento, agradeceu os esforços pelo reconhecimento do papel histórico

de seu tio-avô.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ressaltou que “é um dos direitos dos brasileiros o reconhecimento de seus líderes”. Flávio Arns (PT-PR) propôs a adoção de políticas públicas que assegurem aos negros educação, saúde, segurança, emprego, habitação “e todos os outros direitos”.

Magno Malta (PR-ES), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Mão Santa

(PMDB-PI) também destacaram a importância do projeto. Romeu Tuma (PTB-SP) manifestou, por telefone, seu apoio à luta pelo fim de toda forma de discriminação no Brasil.

O representante do Movimento Negro Unificado do Rio Grande do Sul, Antônio Inácio Matos da Silva, ressaltou que os cem anos da revolta, daqui a dois anos, serão lembrados com manifestações em todo o país.

COMISSÕES

CI aprova indicação polêmica para Diretoria Geral da ANTT

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou a indicação de Bernardo Gonçalves de Oliveira para o cargo de diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A matéria vai ao Plenário.

A votação na CI só foi possível depois que os senadores da base governista rejeitaram o adiamento da matéria, pedido pelo senador Geraldo Mesquita Júnior

(PMDB-AC). Ele pretendia obter esclarecimentos do Tribunal de Contas da União (TCU) a respeito de condenação do indicado, então diretor administrativo-financeiro da Valec, ao pagamento de multa no valor de R\$ 4.500, que o deixaria inelegível até 2011.

Oliveira garantiu possuir reputação ilibada para exercer a função e disse ter recorrido da decisão do TCU.

Criação do Dia Nacional do Ciclista passa na Comissão de Educação

O Dia Nacional do Ciclista deverá ser celebrado em 19 de agosto, segundo projeto (PLC 43/08) aprovado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). A proposta, relatada pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES), vai a Plenário em regime de urgência.

A data é uma homenagem ao ciclista e biólogo Pedro Davison, que morreu atropelado, em Bra-

sília, aos 25 anos, em agosto de 2006. O motorista que o atropelou dirigia em alta velocidade e embriagado.

A CE acolheu ainda projeto (PLS 481/07) de Patrícia Saboya (PDT-CE) que modifica o regime de tributação de creches e pré-escolas no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – o Simples Nacional.

Pena para quem discriminar homossexuais

A apresentação de dois votos em separado e a pressão exercida por padres, bispos e lideranças evangélicas forçaram a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) a adiar a votação do parecer da senadora Fátima Cleide (PT-RO) favorável a projeto que tipifica o crime de discriminação e preconceito contra os homossexuais. A proposta já foi aprovada pela Câmara.

O projeto (PLC 122/06) acrescenta dispositivo à lei que define os crimes de preconceito de raça ou de cor. Pela proposta, estarão sujeitos a penas – que podem chegar de dois a cinco anos de reclusão – quem discriminar os homossexuais ou qualquer tipo de orientação sexual.

CCJ aprova dispensa de licitação para missões de paz

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) apresentou parecer favorável à proposta do Executivo que dispensa de licitação as compras de bens e serviços para os militares brasileiros que estejam em operações de paz no exterior – como acontece no Haiti. O projeto (PLC 123/07), que já havia sido aprovado na Câmara, vai a Plenário.

De acordo com o Ministério da Defesa, a medida visa “garantir melhores condições de segurança para a permanência de uma força militar no exterior”.

O relator na CCJ, Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), afirmou que as tropas brasileiras “podem se sujeitar a condições incompatíveis com as exigências de um processo licitatório”.



Presidida por Salgado (D), comissão tem grupo de trabalho coordenado por Antonio Carlos Júnior

Telefonia fixa no ramo da TV por assinatura

O relator do projeto que trata da organização e exploração da comunicação social eletrônica, deputado Jorge Bittar (PT-RJ), reuniu-se com a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) do Senado. O projeto (PLC 29/07) tramita em comissão da Câmara.

A reunião serviu para subsidiar o grupo criado na CCT para sistematizar a legislação sobre televisão por assinatura e propor a regulamentação das modalidades de televisão existentes. Bittar explicou seu substitutivo, que visa promover a competição, possibi-

litar a convergência tecnológica e estabelecer cotas para a exibição de conteúdo audiovisual.

O texto exclui a radiodifusão e prevê a extinção da Lei do Cabo (Lei 8.977/95) para possibilitar a prestação desse serviço por concessionárias de telefonia fixa.

– Hoje, diversas plataformas são regidas por legislações diferentes. Não se imaginava que o fio do telefone permitiria TV por assinatura, 45 milhões de linhas fixas estão aptas pelo processo de digitalização das redes, permitindo, além do serviço de voz, a banda larga, a internet e a TV por

assinatura – disse Bittar.

O texto prevê que os canais que exibem conteúdo qualificado terão que ocupar pelo menos 10% de sua programação com produções nacionais e estabelece a transferência de parte dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) para um fundo de financiamento da produção audiovisual, o que poderá somar R\$ 500 milhões anuais.

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), coordenador do grupo de trabalho da CCT, disse que vai esperar a votação do projeto na Câmara antes de apresentar sugestões.

Extinção de terreno de marinha é controversa

A proposta de emenda à Constituição (PEC 53/07) que prevê a extinção dos terrenos de marinha e dispõe sobre a propriedade desses imóveis dividiu a opinião dos convidados para audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A PEC, do senador Almeida Lima (PMDB-SE), tem o apoio do relator, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Na audiência, o presidente da

Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, e o engenheiro civil e especialista em Hidrologia Sérgio Marcolini se manifestaram a favor da extinção e foram acompanhados pelo advogado Cândido Paraguassu, representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Ele classificou os terrenos de marinha de “ficção jurídica”.

Já o secretário-adjunto de Pa-

trimônio da União, Jorge Arzabe, pediu que o debate seja aprofundado, enquanto o presidente do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (Irib), Helvécio Castello, defendeu ajustes na proposta. O representante do Ministério das Cidades, Benny Schasberg, disse que a matéria é complexa, e o do Ministério da Defesa, Eduardo de Souza Fortes, manifestou-se contrário à proposta.

PASSAGEM DE ÔNIBUS - Validade de um ano para passagens de ônibus intermunicipais, interestaduais e internacionais e direito a reembolso integral do bilhete não utilizado. As medidas, que vão a Plenário, constam de projeto (PLC 51/07) aprovado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e relatado pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

FUNDO AMBIENTAL - A proposta de criação do Fundo Mundial Ambiental, do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), foi aprovada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), com voto favorável da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). O fundo deve financiar projetos para enfrentar o desafio de conciliar crescimento econômico com meio ambiente equilibrado.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS - A Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas elegeu o deputado Ricardo Tripoli (PSDB-SP) como presidente, em substituição ao deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO), que se afastou do cargo para concorrer a prefeitura. O vice-presidente e o relator são, respectivamente, os senadores Magno Malta (PR-ES) e Renato Casagrande (PSB-ES).

ARTUR DA TÁVOLA - A Comissão de Educação (CE) aprovou votos de pesar pelo falecimento dos ex-senadores Artur da Távola e Bello Parga. A proposta foi apresentada pelo senador Flávio Arns (PT-PR), para quem Artur da Távola, que foi presidente da CE, buscou a convergência e o entendimento mesmo em questões complexas, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

BELLO PARGA - Em Plenário, senadores expressaram pesar pela morte do ex-senador Luís Carlos Bello Parga, aos 79 anos, em São Luís (MA). Ele exerceu mandato no Senado de 1996 a 2003. Para Roseana Sarney (PMDB-MA), a morte de Parga deixou mais pobre a política brasileira. Epitácio Cafeteira (PTB-MA) registrou o bom diálogo do ex-senador com todas as correntes políticas.

HOMENAGEM

Sessão solene lembra os 60 anos da criação do Estado de Israel

Com a presença da embaixadora de Israel, Tzipora Rimon, e do presidente da Casa, Garibaldi Alves Filho, o Senado realizou na última quarta-feira sessão especial de homenagem aos 60 anos da criação do Estado de Israel. A embaixadora afirmou que a comemoração está ligada à histórica sessão da Organização

das Nações Unidas (ONU), presidida pelo diplomata brasileiro Oswaldo Aranha, que em 1947 aprovou a instituição do novo Estado.

Também estiveram na sessão o presidente da Confederação Israelita do Brasil, Jack Leon Terpins, e outros representantes da comunidade judaica no país.

O senador Adelmir Santana (DEM-DF), autor do pedido para a homenagem, lembrou que Oswaldo Aranha era um dos quatro diplomatas latino-americanos que estiveram à frente da importante negociação da ONU que resultou na divisão do território da Palestina, entre árabes e judeus.

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) enalteceu a resistência histórica dos judeus contra perseguições. A contribuição dos judeus para a ciência e a filosofia, bem como para as artes no mundo foi destacada pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

O senador Marcelo Crivella

(PRB-RJ) contou que já esteve em Israel mais de 30 vezes, conheceu os *kibutzim*, e contou com a colaboração de agrônomos e hidrólogos israelenses no projeto da Fazenda Nova Canaã, no sertão da Bahia. Mão Santa (PMDB-PI) também se pronunciou na homenagem à criação do Estado de Israel.

PLENÁRIO

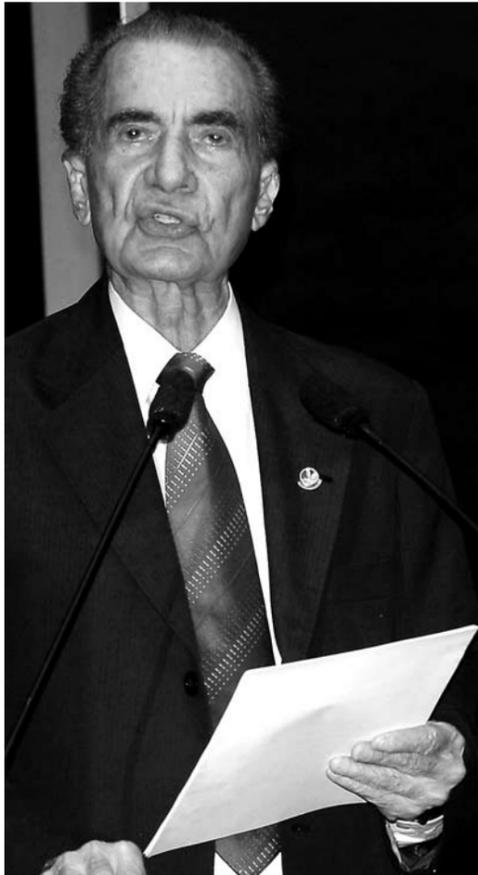
Durval quer controlar entrada de capitais

O senador João Durval (PDT-BA) classificou como “famigerada” a globalização da economia, que favorece a dominação dos países ricos sobre os países pobres. Ao comentar, na última sexta-feira, artigo de Mauro Santayana, divulgado no *site* Tribuna on line, o parlamentar manifestou preocupação com o crescimento do número de empresas brasileiras vendidas a investidores estrangeiros.

– Estamos entregando nossas empresas de bandeja ao estrangeiro. Já passou da hora de o Brasil controlar a entrada de capital externo – alertou.

No artigo, intitulado “Globalização unidirecional”, o jornalista, segundo Durval, “desnuda a postura hipócrita dos ricos” ao mostrar que, de um lado, as nações mais desenvolvidas defendem a liberdade econômica e, de outro, adotam medidas de proteção a seus mercados.

O senador também criticou a atuação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – órgão internacional e intergovernamental que agrupa os países mais industrializados do mundo,



Crescimento do número de empresas brasileiras vendidas a investidores estrangeiros preocupa João Durval

cujos representantes reúnem-se para trocar informações e definir políticas com o objetivo de maximizar o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países membros.

– A pretexto de contribuir

para o desenvolvimento econômico em geral, esse organismo serve apenas para aumentar ainda mais o potencial de crescimento de seus integrantes – frisou.

João Durval manifestou especial preocupação com o setor de telecomunicações no Brasil, no qual, em sua opinião, predomina o capital estrangeiro, apesar de ser uma área “essencial para o desenvolvimento do país”.

– É necessário preservar setores estratégicos da ação geralmente perniciosa dos capitalistas estrangeiros, em sua maioria especuladores, que só visam ao lucro irrefreável e acabam remetendo ao exterior grande parte dos recursos que deveriam ficar no país – observou.

O senador defendeu ainda a idéia, expressa no artigo de Santayana, de que o Senado amplie sua atuação de “guardião dos interesses maiores da economia brasileira”.

Em aparte, Paulo Paim (PT-RS) destacou que o discurso de João Durval reúne “importantes alertas” contra o avanço da especulação financeira no país.

Paim defende sistema único de aposentadoria

Um sistema universal de aposentadoria – igual para todos, seja da área pública ou do setor privado – foi defendido pelo senador Paulo Paim (PT-RS) na última sexta-feira. Em sua opinião, o cidadão deveria receber como aposentadoria o valor equivalente ao mesmo número de salários mínimos tomados como base para suas contribuições enquanto estava na ativa.

O senador também pediu a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do projeto que dispõe sobre o valor do salário mínimo e estabelece diretrizes para a sua política de valorização de 2008 a 2023 (PLC 42/07). A proposta foi acolhida pelo Senado no dia 9 de abril, com emenda de Paim, que estende aos aposentados e pensionistas os mesmos critérios de reajuste concedido ao salário mínimo. Ele acredita que, se esse projeto não for aprovado, no futuro, a desvalorização dos benefícios poderá fazer com que todos ganhem somente o correspondente a um salário mínimo, independentemente da contribuição que tenham feito à Previdência Social ao longo da vida.

Paim ainda leu artigo do jornalista Paulo Santana, do jornal *Zero Hora*, do Rio Grande do Sul, que trata da defasagem no

pagamento de aposentadorias depois de mudança no sistema a partir de 1999. Para o jornalista, a sistemática adotada prejudica mais as aposentadorias menores.

O senador afirmou que votará a favor da proposta de recriação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), com uma alíquota de 0,05% ou 0,08%, desde que os recursos sejam destinados também “para beneficiar os cerca de 25 milhões de aposentados e pensionistas”.

Projetos sobre cotas em pauta

Paim comemorou o fato de a Câmara dos Deputados ter colocado em sua pauta de votações projetos que tratam da criação de cotas para negros nas

universidades e da redução da jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas semanais.

O senador destacou ainda sua preocupação em relação à situação do trânsito em todo o país e ao aumento de acidentes e mortes. Informou que, entre 1990 e 2005, de acordo com o Ministério da Saúde, o número de óbitos em acidentes de trânsito cresceu 72% em municípios com mais de 100 mil habitantes.

– Precisamos ser parceiros das autoridades do setor – enfatizou.

Proposta assegura poder de compra dos aposentados, diz senador

COMISSÕES

Ministro prevê novas altas nos preços mundiais dos alimentos

Os alimentos devem sofrer novos aumentos de preço até 2012, caso se mantenha a atual tendência de elevação do consumo mundial. A previsão foi feita pelo ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, que descartou o retorno dos preços dos alimentos aos patamares anteriores.

Em audiência pública promovida pela Subcomissão Permanente de Biocombustíveis e pelas comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o ministro apontou o aumento na oferta de alimentos como saída para a crise, ressaltando que, no Brasil, há terra suficiente para ampliar cultivos alimentares e, ao mesmo tempo, dinamizar a produção de etanol.

Conforme destacou Stephanes, o aumento de preço dos alimentos tem sido causado por um conjunto de fatores, entre os quais a elevação de renda e o conseqüente aumento de consumo nos países emergentes.

– A demanda por alimentos tem apresentado um crescimento médio de 5% nos últimos cinco anos e a capacidade de resposta da agricultura não chega a isso. No mesmo período, os estoques de trigo, milho e arroz caíram pela metade – argumentou.

O ministro reconheceu que o uso do milho para produção de etanol nos Estados Unidos eleva o custo dos alimentos. Mas ele afirmou que os impactos das mudanças climáticas na agropecuária vêm reduzindo a produtividade em vários países.

– O Brasil tem perfeitas condições de conciliar aumento de produção de alimentos com produção de energia. Além disso, o setor tem capacidade de produzir etanol de forma competitiva no mercado de combustíveis – frisou.

Autor da sugestão do debate na comissão, o senador João



Stephanes: no Brasil há terra suficiente para ampliar cultivo de alimentos e dinamizar produção de etanol

Tenório (PSDB-AL) salientou o esforço que vem sendo feito pelo presidente Lula em defesa da produção brasileira de biocombustíveis. Tenório criticou as reações de parte dos países europeus à produção de etanol, ressaltando que, no Brasil, o cultivo da cana-de-açúcar ocupa apenas 3% da área agrícola, havendo terra disponível para o crescimento da produção brasileira de etanol.

Mercosul vai apoiar criação de universidade

A implantação da Universidade Federal de Integração Latino-Americana (Unila) poderá receber o apoio de todos os parlamentos dos países que compõem o Mercosul. A sugestão foi feita na última sexta-feira pelo senador paraguaio Modesto Guggiari, durante a primeira reunião realizada no Brasil da Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esporte do Parlamento do Mercosul.

Durante a reunião, presidida por Marisa Serrano (PSDB-MS), a proposta de criação da nova universidade – prevista em projeto do Executivo em tramitação na Câmara – foi apresentada pelo professor Célio Cunha, da comissão de implantação da Unila.

Segundo Cunha, a nova universidade começará a funcionar no segundo semestre de 2009 e deverá contar com 500 professores e 10 mil alunos, metade dos quais brasileiros. O conteúdo será ministrado em português e espanhol. O ensino não será “compartimentado”, observou o professor, mas interdisciplinar. Deverão receber ênfase especial cadeiras ligadas ao processo de integração regional. O projeto arquitetônico deverá ser do arquiteto Oscar Niemeyer.

– Trata-se de um ambicioso projeto. E vamos trabalhar para que ele seja aprovado rapidamente na Câmara e no Senado – informou Marisa Serrano.

O deputado uruguaio Doreen Ibarra admitiu que ainda não tinha ouvido falar da criação da universidade, mas declarou sua “solidariedade absoluta” com a proposta. O estabelecimento da Unila, que ficará em Foz do Iguaçu, foi classificado pela senadora argentina Sonia Escudero como uma “iniciativa extraordinária”, principalmente pelo fato de a universidade se situar na fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai e “no coração da maior reserva de água potável no planeta”, observou.

Ações para integração dos países

Representantes dos ministérios da Cultura e dos Esportes apresentaram as principais iniciativas ligadas ao processo de integração. Uma delas é a criação de um selo cultural do Mercosul para facilitar a circulação de bens culturais entre os países do bloco, segundo o gerente de Intercâmbio e Projetos Especiais do Ministério da Cultura, Rodrigo Galetti.

Voz do Leitor

APOSENTADOS

“Ao ler o *Jornal do Senado* da primeira semana do mês de maio, com matéria sobre reajuste para os aposentados com benefícios acima de um salário mínimo, vi mais uma vez a notícia de que o governo inicia ofensiva para derrubar na Câmara dos Deputados os ganhos obtidos no Senado pelos aposentados, alegando um grande prejuízo nas contas da Previdência Social. Por que isso não acontece quando os aumentos se referem aos juízes e políticos? Para eles os aumentos são sempre aprovados e ninguém vê prejuízo algum para as contas do governo.”

Nestor Calbo Ramos, de Canoas, (RS)

ASSENTADOS

“Sugiro a elaboração de um projeto de lei que auxilie os assentados em áreas rurais e que seja previsto um apoio em dinheiro para esses trabalhadores. O governo federal tem normas sobre essa questão, mas o auxílio previsto é totalmente duvidoso.”

Lourival Souza Farias, de Macapá (AP)

DIREITOS E DEVERES

“Nós necessitamos exercer efetivamente nossos direitos, como o de votar, pois é através desse poderoso instrumento da democracia que iremos influenciar o nosso presente e o nosso futuro. Não rifar o voto e votar com liberdade é a receita de uma sociedade mais justa, solidária e responsável. O importante é comprometer nossos representantes e nos comprometer com o exercício pleno da cidadania.”

Ilton Ferraz da Luz, de Carazinho (RS)

EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

“Para mim, uma ‘Ordem’, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), não deve ter entre as suas prerrogativas a de determinar quem está ou não habilitado a exercer determinada profissão. Essa obrigação é do Ministério da Educação, que autoriza ou não a abertura e o fechamento de instituições de ensino e deve zelar pela sua qualidade. Não se pode, pelo fato de uma instituição não estar desempenhando bem suas obrigações, tapar o sol com a peneira, delegando essa atribuição a outra entidade. Temos aí uma sobreposição de funções, enquanto os cursos de Direito, de péssima qualidade, continuam a proliferar pelo país, aprovando até crianças com 12 anos de idade, como foi o caso da Unip de Goiânia.”

Orywa Campos, de Goiânia (GO)

FISCALIZAÇÃO

“Sugiro que haja uma fiscalização bem mais rígida no sistema de abastecimento de água de todo o país.”

Raimundo Ivan Rocha Filho, de Jaguaruana (CE)

PROFESSORES

“Desejo sugerir que os parlamentares pensem na possibilidade de a carga horária dos professores ser reduzida quando eles completarem 25 anos (mulher) e 30 anos (homem) de contribuição. Já estamos no limite e um projeto com a medida seria recomendável. Com o passar do tempo, o desgaste físico e mental imposto pelo exercício da profissão impossibilita que possamos exercer o trabalho como deveríamos.”

Maria Sales Aguiar, de Pentecoste (CE)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao senador

Juvêncio Leite, de Pirapozinho (SP)

“O que falta para que o Brasil se torne realmente um verdadeiro celeiro mundial, já que o país atravessa uma situação de privilégio em relação aos outros países emergentes?”

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) responde:

O Brasil hoje é uma das maiores fronteiras agrícolas do mundo. Temos tecnologia diferenciada e a prova está no programa de biocombustíveis, que em outros países afeta a produção de alimentos, enquanto no Brasil eles se completam. Esse é um dos aspectos privilegiados da nossa fronteira agrícola. Estamos agora buscando alternativas de auto-suficiência. No caso do trigo, ainda dependemos da Argentina e dos Estados Unidos. Mas temos clima, terra, tecnologia e a Embrapa, nossa maior referência para melhorar a qualidade da produção nacional. Então, prezado Juvêncio, na verdade não falta nada neste momento, porque estamos caminhando para a auto-suficiência interna e para nos transformarmos em referência para outros países.



Agora é lei

Lei reforça prevenção ao câncer de mama

O governo assumiu o compromisso de oferecer às mulheres com mais de 40 anos exame anual de mamografia, e às que tenham iniciado a vida sexual, exame citopatológico (Papanicolau). De acordo com a Lei 11.664/08, a ampliação do atendimento gratuito deverá estar funcionando plenamente até 30 de abril de 2009. O objetivo é assegurar prevenção, detecção e tratamento do câncer pelo Sistema Único de Saúde (SUS). No caso de atendimento ou exames mais complexos, a lei garante encaminhamento a unidade diferente da que originalmente prestou o atendimento. Hoje, os exames são feitos de graça pelo SUS apenas quando as mulheres apresentam sintomas da doença. A nova lei também estabelece a assistência integral à saúde da mulher, incluindo amplo trabalho informativo e educativo sobre prevenção, detecção, tratamento e controle ou pós-tratamento do câncer de mama e de colo do útero. Antes da lei, portaria do Ministério da Saúde previa mamografias para mulheres acima de 50 anos a cada dois anos, mas o intervalo entre os exames foi considerado pelos especialistas muito longo para identificar a doença no início. Eles defendiam ainda a diminuição da faixa etária a ser atendida, já que o câncer de mama vem sendo diagnosticado entre mulheres mais jovens. O deputado federal Enio Bacci (PDT-RS), autor da proposta, acredita que existem recursos para cumprir a lei, cujos resultados virão em médio prazo: “Em poucos anos veremos milhares de vidas salvas e o que parece um gasto ou investimento alto representará uma economia para os cofres públicos. À medida que se faz o exame preventivo se detecta o câncer com menor potencialidade e agressividade e menor será o custo do seu tratamento”. Mais da metade das brasileiras com mais de 50 anos nunca fez uma mamografia. De acordo com a presidente da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (Femama), Maira Caleffi, a cada ano surgem 50 mil novos casos de câncer de mama no país e 95% deles poderiam ser curados se detectados precocemente por mamografia. No entanto, 60% das mulheres descobrem a doença depois que os nódulos já têm dois a três centímetros, quando as chances de cura caem para 20% a 30%. Maira Caleffi ressalta a necessidade de mobilização do Executivo, do Legislativo e da sociedade civil para garantir o cumprimento da lei no prazo estabelecido de 12 meses.

Frases

“Eu já estou falando com vocês como senadora da República pelo meu querido estado do Acre. (...) Estou muito tranqüila em relação à decisão tomada porque tenho a clareza de que ela contribui para o processo de fortalecimento da agenda ambiental do Brasil”

Marina Silva, explicando o seu afastamento do Ministério do Meio Ambiente.

“O meu receio é de que a queda da ministra Marina signifique a vitória, no seio do governo, da corrente chamada, impropriamente, de ‘desenvolvimentista’, aquela que quer o desenvolvimento a qualquer preço, mesmo à custa de grande sacrifício do meio ambiente”

Jefferson Péres, sobre a saída de Marina Silva do Ministério de Lula.

“Ou o governo retira a MP que vem para debochar da decisão do Supremo, ou rompemos qualquer acordo para votar as MPs que estão trancando a pauta”

Arthur Virgílio, irritado com a edição de MP liberando créditos no mesmo dia em que o STF suspendeu outra MP, por não entendê-la “relevante ou urgente”.

“Não sou puritano. Também tomo minha cervejinha, mas acho um absurdo que um instrumento público [TVs] possa se prestar a esse papel, com campanha maciça e massiva empurrando garganta abaixo de nossos jovens a idéia de que beber faz bem, é salutar”

Geraldo Mesquita Júnior, em apoio à restrição da propaganda de bebidas alcoólicas.

“Convenhamos, qualquer gesto, qualquer olhar, poderá ser enquadrado como constrangimento. Será que é isso que queremos? Levar uma comissão de bispos para a cadeia?”

Marcello Crivella, condenando o projeto de lei que criminaliza a discriminação sexual.

Foto da Semana

Caminhada Luminosa foi um ato de protesto de parlamentares, adolescentes e religiosos de várias denominações contra a violência que atinge crianças e adolescentes. Enquanto jovens do Projeto Geração tocavam instrumentos de percussão, os manifestantes foram da Praça dos Três Poderes à entrada do Senado carregando velas. Aos pés do mastro da Bandeira Nacional, houve ato ecumênico com cânticos religiosos e o Hino Nacional



J. FREITAS



Programa da Rádio Senado foi a campo para avaliar se normas estão entre as leis que "pegaram"

Estatuto do Torcedor completa cinco anos

Em 15 de maio de 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou o Estatuto do Torcedor.

Corintiano declarado, ele aproveitou a solenidade para cobrar o apoio da população e das instituições na fiscalização da lei. Tudo para que o estatuto "pegasse".

Cinco anos depois, o que

mudou? A nova lei "pegou"? O repórter Bruno Lourenço assistiu a uma partida do Campeonato Brasileiro e ouviu torcedores e dirigentes sobre as condições dos estádios e o cumprimento do estatuto. Várias melhorias puderam ser sentidas, mas ainda há muito a ser feito para que não ocorram tragédias como a que

matou sete torcedores do Bahia no Estádio Fonte Nova, em Salvador, no final do ano passado.

Um balanço das mudanças provocadas pelo Estatuto do Torcedor é o assunto do programa *Reportagem Especial*, da Rádio Senado, no ar nesta sexta-feira, às 18h, com reprises no sábado, às 10h, e domingo, às 17h.

ACM Júnior avalia nova política industrial

As sugestões incluídas pelo governo na proposta de política industrial anunciada semana passada são tema do *Senado Economia*, que a Rádio Senado leva ao ar nesta segunda-feira, às 8h30. O programa conversa com o senador Antonio

Carlos Júnior (DEM-BA), que vai falar a respeito do fundo soberano idealizado pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega. O parlamentar também faz comentários sobre macroeconomia e o andamento das eleições nos Estados Unidos.

A polêmica demarcação da Raposa Serra do Sol

A política indigenista brasileira e a demarcação da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, divide opiniões no Senado. Recentemente, o clima na região se acirrou, depois que índios foram baleados por pistoleiros que trabalham para Paulo César Quartiero, prefeito de Pacaraima e líder dos produtores de arroz, que resistem em deixar a área da reserva.

A questão chamou a atenção de autoridades e parlamentares. O caso está sendo analisado pelo Supremo Tribunal Federal, mas

o ministro Carlos Ayres Britto, relator das ações que contestam a demarcação da reserva, decidiu adiar a análise, em virtude de novos pedidos e informações que tiveram de ser anexados ao processo.

Qual será o desfecho do conflito após decisão judicial? O que pensam os senadores da região? A demarcação continua da reserva é justa? Qual a posição dos produtores? Essas questões serão discutidas no programa *Conexão Senado*, da Rádio Senado, na segunda-feira, às 12h.



Índias aliadas a arroteiros protestam no centro da capital de Roraima contra a prisão de Paulo César Quartiero

Rádio Senado explica o empréstimo consignado

As novas medidas adotadas pela Previdência Social para evitar fraudes no empréstimo consignado são o assunto do *Fique por Dentro da Lei* desta terça-feira, às 8h30, na Rádio Senado. O empréstimo consignado é aquele em que o devedor tem o valor do crédito descontado de seu benefício.

Uma ouvinte de Açailândia

(MA) conta que, desde outubro do ano passado, R\$ 111 são descontados da aposentadoria de seu pai, sem que ele tivesse feito contrato algum de empréstimo.

Para orientar os ouvintes sobre o assunto, foi convidado Marco Antônio de Oliveira, presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).



SÁBADO

- 1h - Cidadania Debate
- 2h - Leituras
- 2h30 - Diplomacia
- 3h30 - Cidadania Entrevista
- 4h - Alô Senado
- 4h15 - Ecosenado
- 4h30 - De coração
- 5h - Conversa de Música
- 6h - Cidadania Debate
- 7h - Alô Senado (reprise)
- 7h15 - Ecosenado (reprise)
- 7h30 - Cidadania Entrevista
- 8h - De coração (reprise)
- 8h30 - TV Brasil Internacional
- Hecho a Mano
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Parlamento Brasil
- 11h30 - Diplomacia

- 12h30 - Cidadania Entrevista
- 13h - Alô Senado
- 13h15 - Ecosenado (reprise)
- 13h30 - Cidadania Debate
- 14h30 - Conversa de Música
- 15h30 - Mesa Brasileira
- 16h30 - Especial - Cartas ao País dos sonhos
- 17h40 - Cidadania Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
- 19h - Cidadania Debate
- 19h45 - Alô Senado
- 20h - Leituras
- 20h30 - Ecosenado (reprise)
- 21h - Parlamento Brasil
- 21h30 - Especial (reprise)
- 22h40 - Diplomacia
- 23h30 - De coração (reprise)
- 24h - Espaço Cultural

DOMINGO

- 1h - Cidadania Debate
- 2h - Alô Senado
- 2h15 - Ecosenado (reprise)
- 2h30 - Diplomacia
- 3h30 - Cidadania Entrevista
- 4h - Leituras
- 4h30 - De coração (reprise)
- 5h - Conversa de Música
- 6h - Cidadania Debate
- 7h - TV Brasil Internacional (reprise)
- 7h30 - Cidadania Entrevista
- 8h - Leituras
- 8h30 - De coração (reprise)
- 9h - Diplomacia
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
- 11h - Alô Senado
- 11h15 - Ecosenado (reprise)
- 11h30 - Especial

- 12h30 - Cidadania Entrevista
- 13h - Parlamento Brasil
- 13h30 - Cidadania Debate
- 14h30 - Espaço Cultural (reprise)
- 16h - Mesa Brasileira (reprise)
- 17h - Diplomacia
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
- 19h - Cidadania Debate
- 19h45 - Conversa de Música
- 20h30 - Leituras
- 21h - Mesa Brasileira (reprise)
- 22h - Especial (reprise)
- 23h10 - Parlamento Brasil
- 23h40 - De coração (reprise)
- 24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

SÁBADO

- 6h - Matinas
- 7h - Música e informação
- 9h - Prosa e Verso
- 9h30 - Música e informação
- 10h - Reportagem Especial
- 10h30 - Música e informação
- 11h - Música Erudita
- 12h - Senado Resumo
- 12h30 - Música e informação
- 14h - Cine Musical
- 14h15 - Música e informação
- 15h - Autores e Livros
- 15h20 - Música e informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e informação
- 18h - Improviso Jazz
- 19h - Senado Resumo
- 19h30 - Música e informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e informação

- 22h - Cine Musical
 - 22h15 - Música e informação
- DOMINGO**
- 6h - Matinas
 - 7h - Música e informação
 - 8h - Brasil Regional
 - 9h - Autores e Livros (reprise)
 - 9h20 - Música e informação
 - 10h - Cine Musical
 - 10h15 - Música e informação
 - 11h - Música do Brasil
 - 12h - Música e informação
 - 15h - Música Erudita (reprise)
 - 16h - Prosa e Verso (reprise)
 - 16h30 - Música e informação
 - 17h - Reportagem Especial
 - 17h30 - Música e informação
 - 20h - Jazz & Tal
 - 21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam

ser transmitidas ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar		Como sintonizar	
TV A CABO: NET, TVA e Video Cabo	(55) e Manaus (57). ANTENA PARABÓLICA	Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical	Receptor de Vídeo/Audio
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Tecsats (17)	Sistema analógico: Satélite - B1	Frequência - 3.644,4 MHz	Digital NTSC MPEG-2 DVB
	Satélite - B1	Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz	Symbol Rate - 3,2143Ms/s
	Transponder - 11 A2	Antena - 3,6 m	
	Polarização: Horizontal	PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110	FEC - ¾
UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife	Frequência - 4.130 MHz		
	Sistema digital: Satélite - B1		

Como sintonizar

FM
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS
Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET
No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

SENADO

2008 é o Ano Cultural Artur da Távola

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, lançou, em cerimônia na Biblioteca do Senado, o Ano Cultural Artur da Távola. O projeto, coordenado pelos senadores Demostenes Torres (DEM-GO) e Marco Maciel (DEM-PE), além de um grupo de servidores, compreende uma programação cultural na Casa até dezembro deste ano.

Entre as atividades haverá *shows*, seminários, exposições, mostras de filmes e lançamentos de livros. A idéia é associar eventos de apelo popular a outros de caráter mais acadêmico. Um dos destaques é o início do processo de digitalização do acervo de obras raras da biblioteca.

Na abertura, o evento foi renomeado para homenagear Artur

da Távola, ex-senador, escritor e jornalista morto este mês. Garibaldi destacou que a iniciativa de promover a diversidade artística e acadêmica faz parte do esforço do Senado para “recuperar sua credibilidade” – o maior desafio de seu mandato na Presidência.

Para Demostenes Torres, presidente da Comissão do Ano Cultural, o Senado pode reverter sua imagem desfavorável na mídia, mostrando o que a Casa representa e qual sua função. Marco Maciel ressaltou a importância da cultura para a identidade de um povo, especialmente num país de grande diversidade cultural.

As atividades serão abertas ao público e transmitidas pela TV e pela Rádio Senado. Na abertura, foram lançadas a publicação eletrônica *História do Senado Brasileiro* e a exposição *A Escravidão no Parlamento Brasileiro*.

Senado fará concurso para 150 vagas

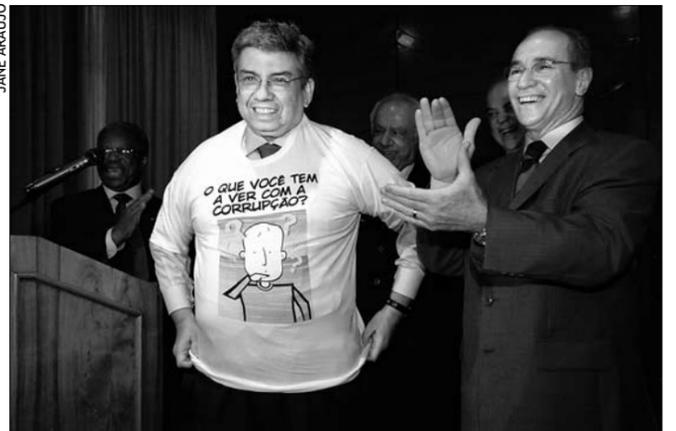
O diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, confirmou a realização de concurso público para preenchimento de 150 vagas. Ele acredita que o concurso estará concluído até o segundo semestre e a posse dos aprovados será imediata. Agaciel explicou que a decisão segue orientação do Tribunal de Contas da União (TCU) para substituir funcionários terceirizados.

Para nível superior serão 90 vagas: 25 de Processo Legislativo; 25 de Apoio Técnico-Administrativo; 23 de Comunicação Social; oito de Informática Legislativa; duas de Consultoria e Assessoramento; e oito de Advocacia. A vaga para Medicina será provavelmente para área de raios X.

Para servidores de nível médio, serão abertas 60 vagas – dez para Processo Legislativo; dez para Apoio Técnico-Administrativo; duas para Polícia Legislativa; e 37 para Comunicação Social. O salário inicial para nível médio será de R\$ 6.722,68. Analista de nível superior ganhará R\$ 9.580,50 e analista de Comunicação Social, Advocacia e Informática receberá R\$ 10.613,27. O salário de consultor será de R\$ 11.815,94.

Comissão definirá o cronograma e a entidade responsável pela organização da seleção.

JANE ARAUJO



Ao integrar o Senado na campanha “O que você tem a ver com a corrupção?”, o presidente da Casa, Garibaldi Alves, criticou a lentidão do Parlamento em aprovar normas capazes de combater a corrupção. O Senado se juntou à Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, ao Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais, à Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil e à Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios na campanha de conscientização sobre os prejuízos da corrupção.

– O Senado já deveria estar fazendo muito depois do que se passou aqui. Quando é que o Senado vai aprender? – questionou.

Constituição-Cidadã terá comemoração

A comissão para a comemoração dos 20 anos da Constituição de 1988 entregou a Garibaldi sua proposta de trabalho. Em destaque estão o lançamento de um portal na internet; um concurso de teses e dissertações sobre a Constituinte; a publicação de um livro sobre cada título da

Constituição; e a realização de seminários e exposições. A programação foi feita em parceria com a Câmara.

Para o senador, a Constituição de 1988 foi uma grande conquista e, com 20 anos, já é mais duradoura que outras que vigoraram no país.

FINLÂNDIA – Ao presidente Garibaldi Alves e aos senadores da Comissão de Relações Exteriores, o primeiro-ministro da Finlândia, Matti Vanhanen, disse que considerou valiosas as informações recebidas a respeito dos cuidados brasileiros na produção de biocombustíveis. – Há um temor de que o Brasil esteja derrubando florestas para plantar cana – observou.

FAMÍLIA REAL – O presidente da Assembléia da República de Portugal, deputado Jaime Gama, participou, ao lado de Garibaldi, da sessão da Câmara dos Deputados que celebrou o bicentenário da chegada da família real portuguesa ao Brasil. O parlamentar lembrou os 120 anos da Abolição da Escravatura.

ÁUSTRIA – O chanceler da Áustria, Alfred Gusenbauer, participou da sessão especial em que o Senado celebrou os 120 anos da Abolição da Escravatura. Homenageada na sessão, a princesa Isabel, que assinou a Lei Áurea, era neta da arquiduquesa Leopoldina da Áustria, pertencente à Casa de Habsburgo.

PRESSA – “Precisamos dar à reforma tributária prioridade”, afirmou Garibaldi em seminário do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social sobre mudanças na cobrança de tributos no Brasil. A proposta, segundo ele, deve ser capaz de substituir o “caótico sistema vigente no país”. “Se depender de mim, é reforma tributária já”, afirmou.

SUPREMO – Um mês depois de empossado na Presidência do Supremo Tribunal Federal, o ministro Gilmar Mendes visitou o presidente do Senado. Gilmar considerou exaurido o modelo das medidas provisórias. – Fizemos uma análise do cenário institucional. Falamos sobre as formas de superar esses impasses. Nós precisamos encontrar outro modelo – disse.



O senador Eduardo Suplicy (E) observa exposição de fotos de Pierre Verger, um dos eventos já abertos à população

Jornal do Senado ganha versão em braile

“Tenho orgulho de poder dizer que nós, do Senado Federal, temos assumido um papel de vanguarda no esforço contínuo de inclusão e valorização da pessoa com deficiência”, afirmou o 1º secretário da Casa, Efraim Moraes (DEM-PB), no lançamento do **Jornal do Senado** em braile. Efraim também comemorou, em discurso no Plenário, a concretização da iniciativa.

Ao conduzir a solenidade de lançamento, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, se disse comovido com a iniciativa de levar informações a um universo cada vez maior de cidadãos. Em seu gabinete, diante de inúmeros deficientes acompanhados de cães-guia, Garibaldi encerrou seu discurso conclamando à inclusão

desses brasileiros.

A solenidade contou com a presença dos senadores Adelmir Santana (DEM-DF), Mão Santa (PMDB-PI), Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN), e do diretor-geral, Agaciel Maia, dentre outros.

O jornal será distribuído de forma gratuita e, preferencialmente, a entidades que desenvolvem projetos de apoio às pessoas portadoras de deficiência visual.

Com circulação mensal, há previsão de a versão em braile se tornar semanal. Concebido e editado pela equipe do próprio **Jornal do Senado**, é transcrito e impresso pelo serviço de braile da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep) do Senado Federal.

20 ANOS DA CONSTITUIÇÃO

– Os 20 anos da Constituição brasileira são o tema do seminário internacional *Legislativo Brasileiro em Perspectiva Comparada*. A parceria do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) com a Câmara e as universidades federais de Brasília (UnB) e Minas Gerais (UFMG) reuniu na semana passada especialistas de instituições brasileiras e de cinco universidades norte-americanas.

BIENAL DO LIVRO – A obra *Cidades históricas – Inventário e pesquisa – Tiradentes*, publicada pelo Conselho Editorial do Senado Federal, em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), é uma das atrações da 1ª Bienal do Livro de Minas Gerais, aberta na quinta-feira no Expominas, em Belo Horizonte. A publicação pode ser adquirida ao preço de R\$ 25, no estande do Senado.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro
Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves
Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Valter Gonçalves Júnior.
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaina Araújo, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e

Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Bruno Bazílio e Sergio Luiz Gomes da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Oscar

Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br/jornal

E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Entenda as regras para tarifas bancárias

As novas regras para tarifas bancárias baixadas pelo Banco Central (BC) em dezembro de 2007 já estão todas em vigor. As cinco normas, que tiveram prazos distintos para serem implementadas, agora têm que ser cumpridas integralmente pelos bancos. Segundo o BC, o objetivo é padronizar, disciplinar e dar transparência e clareza à cobrança de tarifas, permitindo ao consumidor comparar preços e estimulando a concorrência. Veja o que mudou e fique atento ao seu extrato.

Serviços essenciais para pessoa física não podem ser cobrados

O Banco Central classificou os serviços para pessoa física como essenciais, prioritários, especiais e diferenciados. Os essenciais não podem ser cobrados, mesmo que o cliente contrate um pacote com outros serviços não gratuitos.

Serviço gratuito	Conta corrente	Poupança
Fornecimento de cartão	Com função débito	Com função movimentação
Segunda via de cartão	Na renovação ou se o cartão foi perdido por culpa do banco (preso no terminal, por exemplo)	
Saques (no caixa e/ou no TAA*)	Até quatro por mês	Até dois por mês
Transferências entre contas do mesmo banco	Até duas por mês	Até duas por mês, desde que para o mesmo titular
Extratos de conta no TAA	Até dois por mês	Até dois por mês
Internet	Todas as consultas	Todas as consultas
Cheques**	Dez folhas por mês	Compensação
Extrato anual de tarifas (novo)	Extrato com todas as tarifas cobradas no ano anterior	

*Terminal de auto-atendimento

**Desde que seja conta com cheque e não haja impedimento

Cobrança? Só se autorizada pelo Banco Central

Veja um resumo de como fica a cobrança de tarifas:

- ▶ A classificação, os nomes, os canais de entrega (TAA, internet, guichê de caixa, correios), as siglas das tarifas e os serviços que podem gerá-las são agora padronizados pelo BC – a nomenclatura nos extratos deve ser a mesma para todos os bancos, que não podem criar nova tarifa sem autorização.
- ▶ A tarifa só pode ser cobrada se estiver prevista no contrato que o cliente assinou com a instituição financeira ou se ele autorizou ou solicitou o serviço pelo qual está sendo cobrada a taxa.
- ▶ Serviços prioritários – São os 20 serviços listados pelo BC que envolvem movimentação de conta corrente e poupança, transferência de recursos, operações de crédito e confecção de cadastro. Tarifas por cheque compensado, por abertura de crédito (TAC) ou por liquidação antecipada de empréstimo (taxa de saída), por exemplo, não podem mais ser cobradas.
- ▶ Serviços especiais – Crédito rural, mercado de câmbio, Sistema Financeiro de Habitação, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e outras.
- ▶ Serviços diferenciados – Abono de assinatura, aditamento de contratos, administração de fundos de investimento, aluguel de cofre, avaliação de bens, car-

tão de crédito, certificado digital, coleta/entrega de documentos, segunda via de comprovantes e documentos e outros.

- ▶ O banco pode oferecer pacotes contendo diversos tipos de serviço, desde que o preço do pacote não seja maior que a soma das tarifas de cada serviço e que os serviços essenciais, nas quantidades definidas como gratuitas, não sejam cobrados.
- ▶ O débito de tarifa em conta poupança só pode ser feito depois de creditados os rendimentos de cada período (o banco pode anotar o débito, mas não realizá-lo).
- ▶ O valor da tarifa a ser debitada não pode ser maior que o saldo disponível na conta.
- ▶ Despesas com a prestação de serviços por terceiros, como despachante, por exemplo, não são consideradas tarifas e o banco pode cobrá-las, desde que o valor esteja previsto no contrato da operação.
- ▶ Custo Efetivo Total (CET) – Desde 3 de março de 2008, bancos e lojas devem informar o CET ao cliente ou consumidor na forma de um único percentual anual englobando todos os custos envolvidos em qualquer financiamento, como juros, tributos, tarifas, seguros e qualquer outra despesa.



Código de Defesa do Consumidor obriga bancos a fornecer extrato de tarifas, o que permite que o cliente saiba quanto paga por cada um dos serviços bancários

Compare com o que era gratuito antes

Conta corrente

- ▶ Fornecimento de cartão magnético ou de dez folhas de cheque por mês (um ou outro)
- ▶ Substituição de cartão magnético, se este foi perdido por culpa do banco
- ▶ Fornecimento de um extrato mensal
- ▶ Devolução de cheques, exceto se por insuficiência de fundos

Poupança

- ▶ Manutenção de conta poupança, exceto se o saldo fosse igual ou inferior a R\$ 20 e não tivesse havido depósitos ou saques nos últimos seis meses.

Cliente pode comprar ou não um pacote de serviços

Na hora de decidir, compare as ofertas do seu banco com as de outras instituições para saber exatamente não só o que está pagando, mas também quanto os outros cobram. Mas lembre-se de que você não é obrigado a comprar qualquer pacote, podendo escolher usar e pagar pelos serviços individualmente.

Todos os bancos devem oferecer um pacote de serviços prioritários definido pelo BC, para que os clientes tenham parâmetro para comparar os preços.

Pacote padronizado pessoa física

Conta corrente movimentada com cartão (sem cheque)

Serviço	Quantidade
Cadastro inicial	1 vez
Renovação de cadastro	2 ao ano
Saque*	8 por mês
Extrato mensal*	4 por mês
Extrato do mês imediatamente anterior	2 por mês
Transferência entre contas do próprio banco*	4 por mês

* Incluídos os gratuitos

OLHO NOS CHEQUES - O banco pode suspender o fornecimento de cheques quando 20 ou mais folhas já fornecidas ainda não tiverem sido liquidadas; ou se metade ou mais das folhas fornecidas nos últimos três meses não tiverem sido liquidadas

Instituições são obrigadas a divulgar reajustes

Os bancos são livres para definir o valor das tarifas, mas é obrigatória a divulgação, em local e formato visível ao público, nas agências e sites, da tabela de serviços gratuitos, do preço do pacote padronizado de serviços prioritários e das demais tabelas de tarifas.

Já o aumento do valor ou a criação de nova tarifa devem ser divulgados com, no mínimo, 30 dias de antecedência, e só podem começar a ser cobrados depois desse prazo. O banco só pode aumentar uma tarifa uma vez a cada seis meses, mas pode reduzi-la a qualquer tempo.

Fiscalizar e reclamar é preciso

O promotor de direitos do consumidor do Distrito Federal, Leonardo Bessa, elogia a obrigatoriedade do fornecimento do extrato de tarifas: “Nesse segmento, o consumidor não conseguia saber quanto pagava pelas tarifas e muito menos comparar preços, e a norma do BC é um passo importante para mudar isso”.

O Banco Central promete intensificar a

fiscalização, mas orienta o consumidor a denunciar qualquer irregularidade, primeiro junto à ouvidoria da instituição (todos os bancos são obrigados a ter uma).

Se não ficar satisfeito com a resposta/solução ou se ela não vier em 30 dias, reclame no Banco Central, no Procon e/ou no Ministério Público. Veja abaixo os endereços.

Saiba mais

Banco Central do Brasil
SBS, quadra 3, bloco B, edifício-sede
70074-900 Brasília (DF)
Central de Atendimento - 0800 979-2345
www.bcb.gov.br
Normas: Resoluções 3.516, 3.517 e 3.518; e

Circulares 3.371 e 3.377; todas de 2007.
www.bcb.gov.br/?LEGLSLACAO

Site Reclamar adianta - Procons nos estados
www.reclamaradianta.com.br/tel_sites_uteis/procons_estaduais.htm